

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Petrobras desponta como protagonista de leilões do pré-sal.....	2
Título: Petroleiras adotam tom de cautela sobre megaleilão.....	4
Título: Cade questiona estatal e ANP adia licitação no Gasbol.....	6
Título: Curtas	8
Título: Etanol respondeu por 48% da venda de combustíveis do ciclo Otto até setembro.....	9
Título: Prejuízo com óleo será de ‘bilhões’, diz Ibama.....	10
Título: Indenizar quem estava na informalidade ainda é desafio em Mariana	11
Título: Consumo de aço recua ao nível de 2016	17
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	18
Título: Megaleilão deve ser sem muita disputa	18
Título: Petroleiros recorrem à Justiça para suspender licitação	20
Título: Ministro diz que não é possível saber quanto óleo ainda atingirá litoral.....	21
Título: Reparação de dano custará bilhões, diz presidente do Ibama	23
Título: Governo tira orientação sobre camarão e pode afetar mangue	24
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	25
Título: Governo vai criar critérios para repassar recursos do pré-sal a estados e cidades.....	25
Título: Em ação popular, petroleiros tentam impedir megaleilão do pré-sal, marcado para amanhã.....	27
Título: Após quatro anos, Mariana vive descaso e omissão	29
Título: Desastre ambiental com óleo custará bilhões de reais, diz chefe do Ibama.....	30
VEÍCULO: O Globo.....	32
Título: Bolsonaro dá início à privatização da Eletrobras	32
Título: Megaleilão pode não vender todas as áreas, diz ANP	33

Título: JÁ IMAGINOU SÃO PAULO SEM INDÚSTRIA?	35
Título: O megaleilão e o futuro do petróleo	35
Título: Governo lança nova operação para conter óleo e diz que prejuízo será de 'bilhões'. 37	
Título: EUA notificam formalmente a ONU sobre saída do Acordo de Paris	40
Título: 'O cinema renascerá. A Amazônia, não. É vital lutar por ela'	40
Título: Sem horário de verão, celular adianta hora outra vez	43
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	44
Título: Governo pede ajuda a outros países	44
Título: Operação de guerra no leilão do petróleo.....	45
Título: Conta de luz fica mais cara em 2020	47

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/11/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Petrobras desponta como protagonista de leilões do pré-sal

O governo Bolsonaro se prepara para concretizar, a partir de amanhã, o principal trunfo de sua meta fiscal para 2019 e um pilar importante do pacto federativo. Por dois dias seguidos, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) realizará dois leilões de áreas do pré-sal, dentre os quais o aguardado megaleilão dos excedentes da cessão onerosa, há três anos em gestação e que promete ser o maior da história da indústria brasileira de óleo e gás. Tendo manifestado interesse por dois ativos colocados à venda no leilão dos excedentes e por três na 6ª Rodada da Partilha, a Petrobras desponta como protagonista das duas licitações, que somam R\$ 114 bilhões em potencial de arrecadação.

Na última semana, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse que a empresa “vai entrar para ganhar” as áreas de Búzios e Itapu, na rodada dos excedentes. A estatal sinalizou ainda que está disposta a investir no leilão mais do que os R\$ 34 bilhões que receberá da União pela renegociação do

contrato da cessão onerosa. Esses recursos dão espaço para que a empresa reforce sua presença no pré-sal e aumente a sua fatia nos ativos colocados à venda. Se a Petrobras entrar com a fatia mínima de 30% nas áreas pelas quais manifestou interesse previamente nos dois leilões, ela terá de desembolsar R\$ 22,8 bilhões.

O discurso agressivo da estatal contrasta com a discrição das concorrentes. Duas das maiores petroleiras do mundo - francesa Total e britânica BP - já declinaram da licitação. A desistência das duas companhias acentuou o receio do governo sobre a possibilidade de que alguns blocos do leilão de amanhã não recebam propostas. Em Brasília, um cenário sem lances para os campos de Sépia e Atapu já é tratado como factível.

O sócio da área de energias e recursos naturais da KPMG, Anderson Dutra, porém, acredita que todas as áreas do leilão de excedentes serão negociadas. Para ele, pelo conhecimento adquirido nas áreas que serão leiloadas, a Petrobras é favorita aos ativos que disputar e que, quem entrar como sócio dela na licitação, terá um diferencial competitivo. Ele cita a americana ExxonMobil, as europeias Shell e Equinor e as asiáticas Qatar Petroleum (QPI), CNODC e Petronas como potenciais candidatas a participarem do leilão.

A Wood Mackenzie vê as estatais asiáticas, que buscam repor reservas, como candidatas a entrarem como sócias minoritárias no leilão. O chefe de pesquisa na área de exploração e produção da consultoria na América Latina, Marcelo de Assis, acredita que Shell e Petrogal possam comprar Atapu. Ambas são sócias da Petrobras no campo de Oeste de Atapu, cujas reservas se conectam com o ativo a ser leiloado e que passará por unitização (individualização da produção) com a área ofertada na rodada.

Ali Hage, sócio da área de óleo e gás do Veirano Advogados, também acredita no sucesso da licitação. “Esse leilão tem uma característica única. É diferente de qualquer outro e provavelmente não vai se repetir em nenhuma situação. Estamos falando de leilão de reservas, de áreas onde já há descobertas, com volumes garantidos.”

Diante desse potencial, a ANP prevê que o megaleilão destrave investimentos de R\$ 420 bilhões. No campo fiscal, o aumento de produção decorrente da licitação pode gerar, em 35 anos, R\$ 1,95 trilhão em receitas à União, Estados e municípios.

Mas também há quem veja prejuízos com o certame. Estudo assinado pelos ex-diretores da Petrobras, nas gestões do governo PT, Guilherme Estrella e Ildo Sauer, indica que o país poderá perder, com o leilão, cerca de US\$ 300 bilhões ao longo de 30 anos, num cenário de preços do petróleo de US\$ 60 por barril.

Eles alegam que, se a União contratasse a Petrobras, teria controle sobre o ritmo de produção das áreas da cessão onerosa, acelerando ou reduzindo a extração, dependendo da variação do preço das commodities.

Além das críticas, uma ação popular, com pedido de liminar, movida por petroleiros na Justiça de Federal de São Paulo, pede a suspensão do megaleilão. Em nota, os advogados Maximiliano Garcez e Rodrigo Salgado, da Advocacia Garcez, que representa os autores da ação, afirmam que a legislação não dispõe sobre licitações de blocos coincidentes com campos já declarados comerciais sob o regime de cessão onerosa e nem a possibilidade de acordo de coparticipação”.

Em 2014, no mandato de Dilma Rousseff, a expectativa era de que a União contratasse a Petrobras, mas acordo nesse sentido foi questionado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que enxergou “fragilidades e deficiências” nos estudos que sustentavam essa alternativa. Foi em 2016, no governo Michel Temer, que surgiu a ideia de leiloar os excedentes. A medida foi vista como forma de a União levantar os recursos necessários para pagar a estatal pela revisão do contrato.

Pelo acordo assinado em 2010, a União cedeu à Petrobras o direito de produzir 5 bilhões de barris no pré-sal, como parte da operação de capitalização que resultou no aumento da participação da União no capital da petroleira.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/11/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Petroleiras adotam tom de cautela sobre megaleilão

Os sinais dados pela Petrobras, de que “entrará para ganhar” no leilão dos excedentes da cessão onerosa, contrastam com o discurso de seus pares globais. Entre as principais petroleiras do mundo, a postura tem sido de discrição e cautela, às vésperas da rodada que exigirá o desembolso de R\$ 106,5 bilhões apenas em bônus de assinatura. Em mensagens a investidores, nos últimos dias, as multinacionais têm pregado responsabilidade na alocação de capital. O que dessas declarações é uma real preocupação quanto à rentabilidade da concorrência e o que é blefe, dentro do jogo pré-leilão, só ficará claro após a rodada.

O **Valor** apurou com uma fonte que acompanha a movimentação da rodada que a Petrobras tem exigido, nos bastidores das negociações, valores altos pela compensação financeira que as vencedoras terão de lhe pagar pelos investimentos já realizados nas áreas da cessão onerosa. A situação tem deixado as empresas receosas. Segundo a fonte, esse cenário explica o fato de a Petrobras estar se mostrando mais disposta a entrar com fatias maiores nos consórcios em negociação.

Diante desse quadro, as estrangeiras passaram a olhar com mais atenção para a 6ª Rodada, marcada para quinta-feira. O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, afirmou recentemente que as ofertas da Petrobras por Búzios e Itapu devem garantir o sucesso do leilão.

Por detrás da cautela das multinacionais, estão, também, as altas cifras envolvidas. A Wood Mackenzie destaca que o leilão é “superlativo” em seus números, não só pelos grandes volumes de óleo (de 6 bilhões a 15 bilhões de barris, segundo a ANP). A consultoria calcula que as vencedoras terão de desembolsar US\$ 67,5 bilhões nos próximos anos, entre bônus de assinatura, investimentos futuros nos campos e o pagamento da compensação à Petrobras.

O diretor financeiro da Equinor, Lars Bacher, destacou que “toda petroleira séria precisa olhar para a cessão onerosa”. Ele disse, porém, que há uma “longa lista” de valores envolvidos na rodada que precisam ser considerados, como o bônus, o pagamento da compensação financeira à Petrobras e os investimentos futuros nos ativos.

“Não aceitaremos que [rentabilidade da nossa carteira de ativos] se deteriore como consequência de uma grande aposta em qualquer coisa nesse processo do leilão dos excedentes. E para ser sincero, no Brasil já temos muito em jogo. Então, se conseguimos algo nisso [na rodada], tudo bem. Se não, tenho mais do que suficiente no prato”, disse Bacher, a investidores.

Shell e Petrogal são sócias da Petrobras no campo de Oeste de Atapu, no pré-sal da Bacia de Santos, e são apontadas como candidatas a comprar a área de Atapu, cuja jazida se conecta à de Oeste de Atapu. A postura das duas empresas, no entanto, tem sido de cautela. A diretora financeira da Shell, Jessica Uhl, afirmou a investidores que o leilão dos excedentes se trata de uma “área potencial” para garantir o crescimento da petroleira, mas que os ativos à venda precisarão “competir por capital, como qualquer outra oportunidade”.

O presidente da Galp, Carlos Gomes da Silva, afirmou que a rodada tem “termos e condições exigentes” e que olha para a licitação “com muito cuidado”.

“Manteremos a disciplina financeira, embora, do ponto de vista estratégico, faça todo o sentido [participar da rodada]”, disse a investidores.

Ao todo, 13 estrangeiras se habilitaram para a rodada. BP e Total já declinaram. No caso da francesa, o diretor financeiro Jean-Pierre Sbraire explicou que o bônus da rodada “não se enquadra nos critérios” da empresa. A lista de inscritas inclui ainda a Chevron e ExxonMobil (EUA), CNODC e CNOOC (China), Petronas (Malásia), QPI (Catar), Ecopetrol (Colômbia) e Wintershall Dea (Alemanha).

A Chevron é outra a sinalizar que os excedentes podem não se encaixar dentro de sua estratégia. Vice-presidente de exploração e produção, Jay Johnson comentou que a companhia “está muito feliz com a base de recursos existente”, o que, em certa medida, se contrapõe ao perfil do leilão, que ofertará volumes já descobertos. “Concentramo-nos principalmente em recarregar nossa área de exploração, porque estamos olhando para adições de recursos no futuro”, disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Murillo Camarotto — De Brasília

Título: Cade questiona estatal e ANP adia licitação no Gasbol

A Petrobras apresentou proposta para contratar toda a capacidade oferecida em uma chamada pública da ANP, o que ligou o alerta no órgão antitruste

A Agência Nacional do Petróleo e Gás (ANP) suspendeu uma chamada pública para a contratação de empresas interessadas em transportar pouco mais de 18 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural pelo Gasoduto Brasil - Bolívia (Gasbol). A decisão foi motivada por uma manifestação do Conselho Nacional de Defesa Econômica (Cade), que identificou irregularidades no interesse da Petrobras em participar da concorrência.

Na avaliação do órgão antitruste, a manifestação de interesse por parte da Petrobras representa um descumprimento de um acordo feito com o Cade. Assinado em julho deste ano, o Termo de Compromisso de Cessação (TCC) prevê a diminuição da participação da empresa estatal no mercado de gás natural.

Segundo apurou o **Valor**, a Petrobras apresentou uma proposta para contratar toda a capacidade oferecida da chamada pública da ANP, o que ligou o alerta no

Cade. O órgão, então, convocou a empresa a prestar esclarecimentos. A direção da Petrobras teria alegado que o cenário de instabilidade política na Bolívia motivou a apresentação de proposta para a licitação do Gasbol, da qual a companhia é sócia.

Após as conversas com o Cade, que ocorreram ao longo das duas últimas semanas, a estatal teria aceitado retirar a proposta. A decisão viabiliza a retomada da chamada pública e, principalmente, sinaliza que o transporte do gás será feito pela iniciativa privada. Procurada, a Petrobras não havia se manifestado até o fechamento desta edição.

Pelo cronograma original da chamada pública, o recebimento das manifestações de interesse ocorreria até o fim deste mês. A publicação do resultado final estava prevista para acontecer no dia 20 de dezembro.

O acordo da estatal com o Cade prevê a saída gradual da Petrobras do setor de gás, inclusive com venda de participações acionárias. O objetivo é estimular a abertura do mercado brasileiro, hoje monopolizado pela estatal.

Fazem parte do trato a venda de ações em três gasodutos, incluindo o Gasbol. Atualmente, a Petrobras controla o ativo, com participação de 51% do capital. Também está prevista a saída de várias distribuidoras do combustível, nas quais a Petrobras tem participação direta e indireta.

Enquanto as operações não forem realizadas, a Petrobras deverá, segundo o acordo, indicar conselheiros independentes nas transportadoras e na Gaspetro, com o objetivo de assegurar a desverticalização funcional das empresas. As indicações devem ser feitas até janeiro de 2020.

“A Petrobras também se compromete a indicar nos sistemas de transporte os volumes de injeção e retirada máxima em cada ponto de recebimento e zona de entrega, para posteriores adequações aos contratos de serviço de transporte vigentes, a fim de que os transportadores, sob supervisão da ANP, possam ofertar a capacidade remanescente ao mercado, possibilitando, assim, que outras empresas utilizem a malha de transporte não ocupada pela Petrobras”, diz o acordo.

A insistência da Petrobras em continuar controlando o transporte de gás é uma preocupação da indústria que depende do combustível. Hoje, cerca de 20% da produção nacional já é de outros produtores, mas por falta de acesso à infraestrutura, dominada pela companhia estatal, esse gás é vendido na boca do poço.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 05/11/2019**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Curtas

OPA da Enel SP

Este trecho é parte de conteúdo que pode ser compartilhado utilizando o link <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2019/11/05/29f90a35-curtas.ghtml> ou as ferramentas oferecidas na página.

Textos, fotos, artes e vídeos do Valor estão protegidos pela legislação brasileira sobre direito autoral. Não reproduza o conteúdo do jornal em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização do Valor (falecom@valor.com.br). Essas regras têm como objetivo proteger o investimento que o Valor faz na qualidade de seu jornalismo.

O conselho de administração da Enel SP (antiga Eletropaulo) manifestou-se favoravelmente à aceitação, pelos acionistas, da oferta pública de aquisição de ações (OPA) para cancelamento do registro de companhia aberta na categoria A e conversão para categoria B. A OPA está marcada para o dia 21 de novembro e o preço ofertado será o mesmo da oferta realizada no ano passado, de R\$ 45,22 por ação, atualizado pela Selic até a data da liquidação da oferta - o que deverá ocorrer em 25 de novembro.

Cobre da Antofagasta

A mineradora chilena Antofagasta informou que os protestos e greves no Chile irão reduzir a produção de cobre em 14 mil toneladas neste ano. Como resultado, a companhia reduziu sua estimativa de produção anual para o intervalo de 750 mil a 770 mil toneladas, ante a expectativa de 750 mil a 790 mil toneladas. Para a redução, a Antofagasta levou em conta os efeitos da interrupção de atividades de minas, como a de Los Pelambres, que teve a via de acesso bloqueada e a entrega de suprimentos interrompida, e da greve de funcionários em Antucoya.

Minério de ferro cai

Os preços do minério de ferro iniciaram a semana em queda no mercado transoceânico. Ontem, a tonelada do minério de ferro com teor de 62% de pureza negociada no porto chinês de Qingdao caiu US\$ 2,29, ou 2,68%, para US\$ 83,27, a menor cotação da commodity desde 29 de agosto, segundo a publicação especializada "Fastmarkets MB".

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/11/2019****Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo****Título: Etanol respondeu por 48% da venda de combustíveis do ciclo Otto até setembro**

Foi a maior participação para o período desde 2009

O etanol hidratado representou 48,2% das vendas de combustíveis do ciclo Otto (para a frota de veículos de passeio e carga leve) de janeiro a setembro, a maior participação para o período desde 2009 (48,4%), segundo informou a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica) a partir de dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

“Esse avanço expressivo no consumo do biocombustível reflete sua maior competitividade frente a gasolina e decorre de um indicativo de mudança de hábito dos consumidores em virtude dos conhecidos benefícios ambientais obtidos pela sociedade por meio do uso do etanol”, afirmou Antonio de Padua Rodrigues, diretor técnico da Unica, em comunicado.

Até setembro, as vendas de etanol hidratado superaram em 22,8% o volume registrado no mesmo período do ano passado e alcançaram 16,3 bilhões de litros. No Centro-Sul, foram vendidos 15,03 bilhões de litros, aumento de 23% em relação ao mesmo período do ano passado e um novo recorde. Nas regiões Norte e Nordeste, a comercialização aumentou em mais de 200 milhões de litros (18%) e totalizou 1,33 bilhão de litros - maior volume para o intervalo desde 2010.

Do início do ano até setembro, na região Centro-Sul do país o preço médio do etanol hidratado foi equivalente a 65,8% do preço da gasolina, ligeiramente acima dos 66,4% de 2018. No Norte e no Nordeste, a correlação permaneceu estável em 78,1%.

Segundo dados da ANP, o etanol, desde a produção da matéria-prima, a cana, até sua queima nos motores a combustão emite, em média, 440 quilos de gás carbônico equivalente, enquanto o volume de emissão equivalente para a gasolina totaliza 2,8 toneladas de gás carbônico equivalente. A Unica ressaltou que o etanol tem uma emissão 98% menor do que gasolina e diesel de partículas inaláveis agressivas à saúde e também de hidrocarbonetos tóxicos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/11/2019****Seção: Brasil****Autor: Matheus Schuch e Isadora Peron — De Brasília****Título: Prejuízo com óleo será de ‘bilhões’, diz Ibama****Impacto do derramamento ainda é desconhecido por falta de informação sobre o volume total do vazamento**

Depois de identificar o navio cargueiro suspeito de derramar óleo na costa brasileira, a Polícia Federal (PF) tenta reunir elementos para responsabilizar a proprietária da embarcação e entender como se deu a participação dos tripulantes no vazamento. A estimativa do Ibama e da PF é de que as multas ficarão “na casa dos bilhões [de reais]”.

A PF acionou a Interpol para notificar a Delta Tanker, companhia grega proprietária do navio Bouboulina. Na semana passada, os agentes federais apreenderam documentos em endereços de prestadores de serviço ligados à empresa. Autoridades internacionais também foram acionadas para prestarem informações sobre as atividades do navio. Os investigadores solicitaram, por exemplo, os registros de carga na Venezuela, onde houve o carregamento, e na Malásia, onde o produto foi entregue.

Caso seja comprovada a responsabilidade da Delta Tankers, as autoridades brasileiras tentarão reparar os prejuízos em diversas frentes. Segundo o presidente do Ibama, Eduardo Bim, o valor máximo de multa é de R\$ 50 milhões. Mas, a exemplo da tragédia de Brumadinho (MG), é possível aplicar mais de uma multa, por haver diversos danos.

A PF entende que, embora envolva transporte internacional de carga, o incidente será discutido de acordo com a legislação brasileira. Neste caso, além das punições impostas pelo Ibama, haverá pedido de reparação com base nos efeitos diretos e indiretos do vazamento.

“Os crimes ambientais chegam a valores estratosféricos porque atingem uma multiplicidade de situações, a pesca, o turismo etc.”, explicou o chefe do serviço de geointeligência da Polícia Federal, Franco Perazzoni.

Na esfera criminal, as penas somadas pelo incidente podem chegar a cerca de dez anos de prisão, diz Perazzoni. A projeção leva em conta responsabilização por poluição, dano em área de conservação e omissão de informações.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/11/2019****Seção: Especial****Autor: Daniela Chiaretti — De São Paulo****Título: Indenizar quem estava na informalidade ainda é desafio em Mariana**

Quatro anos após um dos mais graves desastres socioambientais do Brasil, o rompimento da barragem de Fundão da mineradora Samarco, controlada por BHP e Vale, em Mariana (MG) o volume de indenizações chega a R\$ 1,84 bilhão. O processo, contudo, ainda não conseguiu indenizar os danos de atividades impactadas, mas que estão no limite da informalidade.

“São as atividades irregulares, para não chamar de ilegais”, define Roberto Waack, diretor-presidente da Fundação Renova, criada em 2016 para implementar ações de reparação dos impactos causados pela tragédia em Minas Gerais. “O grande desafio é como indenizar as pessoas que não pagam fisco, não têm carteira da atividade, que não existiam perante a sociedade e foram muito afetadas.”

“A indenização tem essa complexidade”, segue Waack. “Aparece desde uma pessoa simples, abandonada pelo Estado, que não consegue comprovar nada de sua atividade, até produtores de cacau do Espírito Santo. É um nó jurídico, os escritórios de advocacia não sabem lidar com isso”, continua. A solução destes casos, que são da maioria da população, poderá não ser individual, mas coletiva. “Não é uma justiça fundamentada, de evidências comprováveis. É o que a gente chama de ‘justiça possível’.”

O rompimento de Fundão causou 19 mortes, deixou centenas de desabrigados, arrasou o distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, e causou danos ambientais ao longo de 700 km do rio Doce. Embora órgãos ambientais e de vigilância sanitária atestem que é possível comer peixe e consumir a água, desde que tratada, mais de 35% da população ao longo do rio desconfia da informação. O povo indígena krenak ainda depende de galões de água e caminhões-pipa.

O destino da usina hidrelétrica Risoleta Neves, conhecida por Candonga, ainda é incerto. Ali estão retidos 10 milhões de m³ dos 39,2 milhões de m³ de rejeitos que saíram de Fundão. Estuda-se a viabilidade econômica de fazê-la voltar a funcionar. A região de Mariana não conseguiu diversificar a economia e segue dependendo da Samarco. A seguir, leia os principais tópicos da entrevista:

Maior desafio - Continua sendo a indenização devido à informalidade. Ninguém sabe exatamente como era a vida dessas pessoas nem o quanto a vida delas foi afetada pelo desastre. A indenização já trouxe R\$ 2 bilhões para o Vale do Rio Doce com três formas de indenização - a emergencial, o dano pela falta de água e as compensações de dano material, moral e por impacto na atividade econômica.

Como funciona o Brasil - As pessoas pararam de pescar e portanto tiveram danos econômicos. A indenização pelos prejuízos tangíveis - por exemplo, quantos dias de falta de água- isso praticamente acabou. Já foram 270 mil pessoas indenizadas, quase R\$ 300 milhões em valores.

Aqueles que são pescadores profissionais e têm, por exemplo, registro da pesca, pagam Imposto de Renda, estes também estão equacionados. Foram 9 mil casos atingindo 30 mil pessoas.

O grande desafio são as pessoas que não existiam perante a sociedade. É aquele senhor que sai de manhã e traz o peixe, que vende na beira do rio, não existe para o fisco, não tem evidência de nada. Não tem registro da pesca, não podia pescar e vender. Estes casos são a maioria. E não é surpresa alguma porque é assim que funciona o Brasil.

Justiça possível - Este tipo de profissional informal tem reconhecimento da comunidade onde vive. Todo mundo sabe que ele é pescador. Conseguimos desenvolver uma metodologia em que a própria comunidade diz quem pode receber [a indenização] e quem não. O projeto chama-se “pescador de fato”. Contempla quem é pescador, mas não é formalizado. Dois membros da comunidade atestam que aquela pessoa é pescador e, com isso, consegue-se estimar a quantidade que pescava. Não é uma justiça fundamentada, de evidências comprováveis. É o que a gente chama de “justiça possível”.

Na foz é o setor de turismo quem mais sofre. No alto rio Doce são os garimpeiros. E no médio, os produtores rurais”

Dúvidas dos advogados - Foi muito difícil a aceitação [pelas empresas] de que as evidências serão dadas pela comunidade ou pelos próprios atingidos. Mas elas aprovaram. Entendo a dificuldade - quando você entra dentro dos escritórios de advocacia, perguntam: “Mas, escuta, você está pagando para quem não tem comprovação?”. Sim. O grande desafio é esse: o da racionalidade do processo de indenização. Estes casos são bastante fluidos. No grupo dos

profissionais de fato, a gente avançou. Os pescadores são 10 mil a 20 mil pessoas. Pretendemos terminar estas indenizações em 12 meses.

Acredito no caminho da governança multiparticipativa. É um modelo novo e precisa ser aperfeiçoado. Na governança da Renova há mais de cem organizações.

Como indenizar atividade irregular - Tem aquele grupo de pessoas que pescava um peixe de vez em quando, levava para casa para comer, às vezes vendia, às vezes trocava. É o pescador de subsistência, ele se vira. É ao mesmo tempo agricultor, comerciante, pescador, completamente informal. Difícil até saber quantos são. São 100 mil ao longo do rio? Para estas pessoas, ainda não existe processo de indenização. É de onde vem o maior ruído e a maior crítica. Para a gente, é terrível não ter conseguido solucionar isso depois de quatro anos.

São as atividades irregulares, para não chamar de ilegais. O garimpeiro que entra no rio e usa mercúrio não pode fazer isso. O areeiro, que tira mais areia, também não pode. O agricultor, que põe o boi na beira do rio, em Área de Preservação Permanente [APP], também não. Mas este é o Brasil. Como se trata da indenização de uma atividade irregular? Do ponto de vista jurídico, isto é um nó: está se reconhecendo uma atividade que não poderia estar sendo feita. Onde se coloca o limite disso? A maior parte das manifestações vem de grupos legítimos que aparecem reclamando algo e que, ao reclamar, formalizam uma atividade ilegal. Os escritórios de advocacia não sabem lidar com isso.

Na borda da legalidade - A Fundação Renova reconhece o impacto, a população dá legitimidade, mas o Estado também tem que reconhecê-los, senão fica uma coisa completamente artificial. Este é o imbróglio em que a gente está. Há anos o sistema da pesca é disfuncional, a distribuição das carteirinhas de pesca é objeto de corrupção. Imagine a situação que se cria dizendo “eu só pago para quem tiver a carteirinha”, que foi o que a gente fez. O comércio de carteirinhas cresce na hora. Acaba-se provocando distorções graves na sociedade. A indenização é a raiz de tudo porque lida com as imperfeições da sociedade. Então o desastre vai continuando. O desafio para 2020 é terminar este ciclo. Estamos discutindo com os Estados o reconhecimento das atividades na borda da legalidade. Você anda pelo Brasil e vê a estátua do “faiscador”, o garimpeiro tradicional, de bateia e chapelão. Faz parte da nossa cultura, mas a atividade não é reconhecida formalmente, mais do que isso, é considerada ilegal. O Estado tem que fazer algo a respeito.

Solução coletiva - Existe um ensinamento para estes casos, que chamamos de “justiça possível”, e que vem do vazamento de petróleo da BP, no Golfo do México [ocorrido em 2010]. Eram casos em que não se conseguia saber exatamente o impacto do desastre na vida de cada uma das pessoas. Uma pescava um pouco, outro vivia de fazer fotografia de casamento na praia. Não há solução individual, a solução parece ser coletiva. Delimita-se um território, determina-se que os que estavam ali foram impactados e define-se que todos que faziam determinada atividade, terão uma indenização. É aí que nós estamos, tendo grandes discussões, buscando as soluções.

Sem consenso - Pesca-se no rio e pode comer o peixe. Em Minas Gerais sempre se pode pescar espécies exóticas, e não as nativas, uma decisão com fundamento ambiental. No Espírito Santo não há restrição de pesca no rio Doce. Ela volta a acontecer no mar, até 20 metros de profundidade, onde é proibido por decisão judicial. Neste ano, a Anvisa [Agência Nacional de Vigilância Sanitária] emitiu nota dizendo que o peixe é apropriado para consumo, sendo até 200 gramas diárias para adultos e 50 para crianças.

É uma decisão de precaução. A Anvisa diz que se pode consumir peixe, mas é uma discussão sem consenso, porque o Ministério Público e algumas organizações não concordam com esta abordagem. Isto se mistura com um monte de informações sobre a qualidade da água do rio. Há um sistema de monitoramento com 92 estações. Os dados vão para as agências que declaram que o rio Doce voltou, na maior parte do tempo - exceto quando chove, quando ainda entra algum rejeito -, às condições prévias ao desastre, e que a água, depois de tratada, é plenamente adequada para consumo. Isso não é a Fundação Renova que fala, são os órgãos ambientais.

Povo krenak - É verdade que o povo krenak continua recebendo água em galões. Cerca de 65% da população do rio Doce não tem mais problema de consumo de água, mas 35% ainda têm grande restrição, o que inclui algumas etnias indígenas, os krenak dentre elas. Esta restrição tem motivos históricos. A água do rio Doce sempre teve problema, o que foi agravado pelo desastre. Tem uma questão de percepção que tem que ser levada a sério. A população não se sente confortável em consumir a água. Existe medo e falta de confiança na Renova e também nos órgãos de Estado.

O maior problema do rio Doce é o esgoto. Cerca de 80% do esgoto de todos os municípios da calha vai direto para o rio. Só um deles, Ipatinga, tem a questão resolvida.

Esgoto rio acima - O programa de tratamento de esgotos, que depende das prefeituras, está indo. É de longo prazo e vai resolver uma parte do problema, da calha. Mas nos afluentes acima continuam jogando esgoto, e não é só doméstico. Agora, com o sistema de monitoramento, encontramos muita coisa na água do rio. É por isso que o Doce é um rio de classe 2. Reconhece-se que a água tem problemas. Pode-se consumir a água se for tratada. Há um esforço enorme de montar as estações de tratamento de água e implementar as captações alternativas. Só falta a de Governador Valadares, uma das grandes obras que estamos fazendo.

Diversificação da economia não ocorre de um dia para o outro. Há que se ter realismo. É uma região de mineração”

Ausência de Estado -É verdade, a água é um ponto nebuloso: tem esgoto, mas pode ser tratada. Pode-se comer peixe, mas não muito. Mas o rio Doce era classe 2 antes do desastre, a maior parte dos rios brasileiros é classe 2. Esta é a realidade brasileira, tem que se tratar a água para consumir. Então nos perguntam: posso fazer um campeonato de surfe? Não é a Fundação Renova quem vai dizer isso. É o órgão ambiental quem vai dizer se a praia está poluída ou não. As pousadas [na foz do rio] ainda sofrem. Antes ninguém sabia o que tinha no rio, aconteceu o desastre, agravou-se a situação. O problema foi de certa maneira potencializado pelo conhecimento. Mas a ausência do Estado continua e não está na mão da Renova resolver.

Quem mais sofre - Na foz é o setor de turismo quem mais sofre. Na região do alto rio Doce são os garimpeiros. E na região do médio rio Doce ainda tem parte de impacto na agricultura que precisa ser resolvido. Durante o período em que a turbidez era muito intensa, bombas de água que alimentavam as propriedades tiveram entupimentos, alguns proprietários foram forçados a vender o plantel fora do preço de mercado. As perdas afetam grandes e pequenos produtores de grãos e cacau e com rebanhos. A estimativa de danos ainda tem que ser concluída. É uma das crises que estamos vivendo.

Cacau e chocolate - Ninguém sabe exatamente quanto água com turbidez e diferente concentração de minérios afeta a fertilidade do solo. Está se investigando.

O Espírito Santo tem tradição de produção de cacau, assim como o sul da Bahia. O chocolate é importante para o Estado. Grandes produtores estão demandando grandes indenizações. O dimensionamento deste impacto está em

curso agora, há várias universidades envolvidas. Tem que se dimensionar, por exemplo, o impacto na produtividade, algo que não se consegue medir na hora. É preciso ter alguns ciclos de produção para estimar.

É por isso que digo que o maior desafio é a indenização. Porque aparece desde uma pessoa simples, abandonada pelo Estado, que não consegue comprovar nada, até produtores de cacau do Espírito Santo. A indenização tem esta complexidade.

Bento Rodrigues - O reassentamento está andando bem, já começaram a subir 20 casas. A parte de infraestrutura, a estrada, está avançada. Vai chamar Bento Rodrigues mesmo, a população não quer mudar o nome. Cada casa tem seu projeto, temos cem casas assim e projetos ainda em discussão. A infraestrutura e a maior parte das casas estarão terminadas até o fim de 2020.

São 500 casas nos três reassentamentos - em Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira. As famílias quiseram manter as relações de vizinhança, o desenho foi como elas quiseram. Há uma decisão deles de se mudarem todos juntos. A ideia de transformar a antiga Bento Rodrigues em um museu é uma decisão que eles querem tomar só depois que mudarem para o novo projeto.

Mariana e a volta da Samarco - O mundo de Mariana ligado ao reassentamento continua com tensões, mas temos hoje uma obra que avança. Está indo, mas, enquanto não for entregue, o drama continua.

A questão do emprego, que era crítica, está melhor hoje. São 4.000 pessoas trabalhando nas obras de reassentamento. A economia de Mariana continua ligada à Samarco, que vai retornar. Há muito esforço, mas a diversificação da economia não ocorre de um dia para o outro e há que se ter realismo. É uma região de mineração e a atividade vai continuar a ser fundamental naquela região.

O destino da lama - Há várias situações relacionadas à lama. As obras de contenção terminaram para segurar a lama que não desceu [13 milhões de m³ ficaram em Fundão]. O rejeito que ficou ali, está equacionado, não sai mais de lá. O rejeito que parou nas margens nos cem primeiros quilômetros, está estável, tem vegetação. Os afluentes estão funcionais e liberados e não se vê mais o impacto do desastre.

Mas há ainda pontos a serem endereçados. Um deles diz respeito à rotina nas propriedades, que mudou. As margens do rio eram usadas para pasto e hoje

isso não é mais possível. Pelo Código Florestal são Áreas de Preservação Permanente e, além disso, sem vegetação, a estabilidade permanente [da lama] fica comprometida. A vegetação é importante para que não haja erosão. O desafio é de mudança de produção nas propriedades, de reeducação do uso do solo. É preciso que as áreas cercadas continuem assim e não se volte a colocar pasto nas margens.

A situação da usina hidrelétrica de Candonga não está clara. Ali ficou retido um quarto do rejeito total. O volume que teria que sair de Candonga é grande, equivale ao do desastre de Brumadinho. Uma opção é deixá-la como reservatório de contenção. Mas o projeto de retornar a usina continua firme. Existe a discussão da viabilidade econômica, que extrapola a Renova.

Existe o rejeito que ficou no leito do rio. Em alguns casos praticamente sumiu. Contudo, nos que ainda está presente, não há solução de consenso. E há o caso do rejeito que aparentemente se dissolveu. Está se estudando se há algum tipo de impacto na biodiversidade. É trabalho de investigação, pesquisa.

Existem ainda as questões ligadas a outros metais pesados que apareceram, justamente por causa da investigação, e que não estão ligados a Fundão. Agora é ver como lidar com isso. Não há dúvida que existem outros metais pesados, porque é uma região de mineração. São 300 anos de deposição inadequada. Essas questões não resolvidas e vai levar tempo. Isso não se resolve já.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo

Título: Consumo de aço recua ao nível de 2016

Alacero estima vendas de 66 milhões de toneladas este ano na América Latina

O consumo de aço na América Latina não deve apresentar alta neste ano. A recuperação mais lenta de algumas economias, como Brasil e México e queda do PIB em outros países como a Argentina, devem impactar o mercado siderúrgico na região. A expectativa da Associação Latino Americana do Aço (Alacero) é de que o consumo aparente alcance 66 milhões de toneladas, o mesmo volume apurado em 2016. No ano passado, as vendas de aço na região atingiram 67 milhões de toneladas.

“Vai ser difícil chegar neste patamar. No início do ano, esperávamos um consumo aparente de 70 milhões de toneladas. Fizemos uma revisão e devemos

fazer outra até o fim deste ano”, disse, ao Valor, o diretor geral da Alacero, Francisco Leal.

Segundo ele, os maiores consumidores na América Latina são México, Brasil e Argentina, com Colômbia, Chile e Peru se alternando na quarta posição. “São países que passam por dificuldades. Nesse conjunto, o Brasil é o único que deve apresentar crescimento, mesmo que baixo, e terá um papel importante na consumo aparente na América Latina.”

Leal disse que os investimentos no México, de setores grandes consumidores de aço, estão em compasso de espera em razão da indefinição do novo acordo de comércio com os Estados Unidos e o Canadá. “Os investimentos estão sendo postergados pelos setores industriais, principalmente o automobilístico, pois as empresas aguardam a edição do novo Nafta”, afirmou Leal.

Para o próximo ano, o dirigente acredita que haverá uma recuperação, ainda que tímida, no consumo aparente na região. A expectativa da Alacero é um crescimento de 3,1%, considerando uma elevação do PIB regional em 2020 de 2,3%, segundo estimativas do FMI.

“Pode ter uma revisão para baixo. Esses números do FMI são de agosto. Com todos os acontecimentos recentes nos maiores países da região, essa expectativa pode sofrer um redução e, assim, o consumo aparente também deverá ser revisado negativamente.”

Diante desse cenário adverso, Leal acredita que as siderúrgicas devem se “voltar para dentro” e melhorar os índices de produtividade nas usinas. “Muitos projetos envolvendo a digitalização e o conceito da Indústria 4.0 estão em andamento na América Latina. As empresas buscam redução de custos com processos mais eficientes.”

O diretor da Alacero acrescentou, ainda, que esses assuntos serão abordados durante o Congresso da Alacero que será realizado neste mês, em Buenos Aires. “O foco hoje tem que ser no aumento da produtividade. Hoje, trabalhamos com uma ociosidade de 30% na região. E o ideal é 20%.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/11/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes/ RIO Cristian Favaro

Título: Megaleilão deve ser sem muita disputa

Empresas devem se unir em consórcios para dividir custo do pré-sal; sem competição, ágio deve ser baixo, mas êxito é certo, diz governo

O megaleilão de amanhã, de áreas de petróleo e gás natural localizadas na região do pré-sal, será o mais caro e o que terá os campos mais nobres entre os realizados desde que a Petrobrás perdeu o monopólio da produção, em 1997. O esperado é que poucas empresas tenham cacife para participar da disputa e que se unam em consórcio para dividir custos e risco. Sem muita competição, o ágio deve ser baixo. Ainda assim, o êxito é certo, aposta o governo. O leilão pretende arrecadar R\$ 106,5 bilhões, sendo que R\$ 70 bilhões já estão garantidos. Esses R\$ 70 bilhões vão ser pagos pela Petrobrás, que antecipou sua disposição em brigar por duas áreas, sozinha ou em sociedade com outras petroleiras. Esse valor supera a arrecadação do conjunto de 20 anos de leilões, de R\$ 60,4 bilhões.

“Essa licitação tem características muito particulares. Com poucos atores de fôlego para ela, é natural que a disputa seja menos acirrada. Mas, vai ser um leilão de muito sucesso”, disse o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone. O megaleilão vai contar com quatro áreas do pré-sal da Bacia de Santos – Búzios, Atapu, Itapu e Sépia. Juntas elas custam R\$ 106,5 bilhões apenas em bônus de assinatura, que vão entrar no caixa da União em pouco tempo. No futuro, as vencedoras ainda vão ter que pagar outros compromissos bilionários. Um deles é um ressarcimento à União em forma de petróleo. Quem oferecer volume maior de petróleo vence a disputa. A licitação desta semana envolve áreas excedentes da cessão onerosa.

Em 2010, a União cedeu à Petrobrás um reservatório gigantesco de petróleo e gás no pré-sal da Bacia de Santos. Foram repassados 5 bilhões de barris de óleo equivalente (boe, que inclui óleo e gás) sob o regime de cessão onerosa. Ao longo do tempo, explorando a região, a estatal descobriu que o reservatório era muito maior do que o volume ao qual tinha direito. É justamente esse volume excedente da cessão onerosa que vai ser leilado amanhã. Os mais otimistas projetam reservas até três vezes maiores do que as que estão com a Petrobrás, podendo chegar a 15 bilhões de boe. Convivência. Além dos volumes e valores robustos, outra particularidade desse leilão é que as empresas vitoriosas vão ter que conviver com três tipos de regimes contratuais.

Há o regime de cessão onerosa, firmado entre a União e a Petrobrás relativo aos 5 bilhões de boe. Há ainda o de partilha, próprio do pré-sal, que será assinado pelas empresas vencedoras do megaleilão. E, por fim, quem ficar com o campo de Sépia vai ter que assinar também um contrato de concessão, próprio do pós-sal, porque esse campo se expande para uma região de pós-sal. O espaço físico onde estão os campos de cessão onerosa e do seu excedente, porém, é o mesmo. E também a infraestrutura de produção – plataformas, dutos e equipamentos submarinos. Em princípio, a operação de todas as áreas é da Petrobrás, porque ela já está trabalhando nos campos. Mas isso pode ser negociado após ser concluída a licitação. “Do ponto de vista jurídico, não há

registro de nada tão complexo na indústria do petróleo. E isso tem um custo. Vou ficar surpreso se o ágio for muito agressivo”, avalia o especialista José Roberto Faveret, sócio do Faveret Lampert Advogados.

A estatal já informou ao governo que vai ficar com ao menos 30% de duas das quatro áreas que vão ser oferecidas – Búzios e Itapu. Búzios é a grande aposta, pela quantidade de petróleo encontrado e também pela sua qualidade. Por isso, o esperado é que a Petrobrás apresente uma oferta alta pela área e que esse campo desperte mais apetite dos investidores do que os demais. Outra aposta é que onde a Petrobrás não estiver, em Atapu e Sépia, o investimento será mais arriscado. Primeiro porque a empresa já explorou cada um dos campos e se optou por não concorrer por eles é porque têm menos valor.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/11/2019

Seção: Economia

Autor: Mariana Durão / RIO

Título: Petroleiros recorrem à Justiça para suspender licitação

Ação popular enviada no dia 30 de outubro alega danos ao patrimônio público e falta de suporte legal

Um grupo de petroleiros entrou com uma ação popular pedindo a suspensão do megaleilão do pré-sal, marcado para amanhã, no Rio. A petição enviada à Justiça Federal de São Paulo em 30 de outubro fala em danos ao patrimônio público e falta de suporte legal ao leilão. Segundo os autores, a Lei de Cessão Onerosa e a Lei 12.351, marco do pré-sal, não tratam, por exemplo, da possibilidade de entrada de novas empresas nas áreas cedidas à Petrobrás em 2010. “O prejuízo ao País é absolutamente incalculável. É inusitado que qualquer nação do planeta tenha leiloado petróleo encontrado. Isso é como jabuticaba: só o Brasil está fazendo”, disse ao Estadão/Broadcast João Antonio Moraes, dirigente da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e do Sindicato dos Petroleiros de São Paulo.

Além dele, são autores da ação Luiz Felipe Miranda Grubba, Mario Alberto Dal Zot e Fernando Siqueira, da Associação dos Engenheiros da Petrobrás. Os petroleiros ressaltam que o contrato de cessão onerosa foi criado para capitalizar a Petrobrás e que não prevê a transferência de participação em ativos a outras empresas. Segundo o texto, também não há aval para a licitação de blocos coincidentes com campos já declarados comerciais sob o regime de cessão onerosa. O texto enviado à Justiça pelo escritório Advocacia Garcez destaca o que classifica de falhas na Lei 12.351 capazes de fazer com que a rodada gere significativo dano ao patrimônio público: a falta de um porcentual

mínimo de excedente em óleo a ser efetivamente destinado à União; e a falta de um limite para recuperação dos custos por parte dos contratados.

Os advogados Maximiliano Garcez e Rodrigo Salgado afirmam que o leilão do excedente da cessão onerosa sob o regime de partilha de produção “trará dano irreparável ou de difícil reparação ao patrimônio público, restando, ainda, desatendidas as normas legais e constitucionais que atualmente destinam-se a assegurar ao Estado os direitos sobre os recursos naturais objeto da presente ação, bem como, sua exploração com as devidas garantias e salvaguardas econômicas”. A liminar pede a suspensão da rodada até o julgamento do mérito da ação, cujo objetivo final é a declaração de ilegalidade de resoluções do Conselho Nacional de Política Energética que definiram as regras da licitação, tornando nulo o edital do megaleilão do pré-sal.

Outro ponto levantado é que o regime de arrecadação seria prejudicado por renúncias fiscais de impostos federais como IRPJ e CSLL que, nas contas dos autores, poderiam somar R\$ 223 bilhões na produção dos excedentes da cessão onerosa. As perdas financeiras, segundo os petroleiros, serão ainda maiores, já que “o excedente em óleo para a União, que deveria ser a principal fonte de receita do Fundo Social, será irrisório, assim como as receitas para as áreas de educação e saúde”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/11/2019

Seção: Metrópole

Autor: Mateus Vargas /BRASÍLIA

Título: Ministro diz que não é possível saber quanto óleo ainda atingirá litoral

Ambiente. Governo federal anunciou segunda etapa de operação para conter danos e apurar responsabilidades pelo derramamento, que já atingiu 321 localidades, de 125 municípios; empresa dona de navio suspeito pelo vazamento será notificada por meio da Interpol

O ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, disse ontem que não sabe a quantidade de óleo derramado que ainda poderá atingir o litoral brasileiro. Até anteontem, 321 localidades, de 125 municípios, haviam sido afetadas. “É uma situação inédita. Esse desastre nunca aconteceu no Brasil ou no mundo. Esse tipo de óleo não é perceptível pelo radar, pelo satélite. Não sabemos a quantidade de (óleo) derramado que está por vir”, afirmou Azevedo e Silva. A declaração do ministro foi uma resposta a uma fala do presidente Jair Bolsonaro, no domingo, sobre o derramamento de óleo. O presidente disse que o “pior está por vir” e que uma “catástrofe ainda maior está para acontecer”, sem, no entanto, dar detalhes. Ontem, o porta-voz da presidência, general

Otávio Rêgo Barros, disse que as declarações de Bolsonaro foram feitas antes de ele receber informações da Defesa.

O governo federal anunciou ontem o início da segunda etapa da Operação Amazônia Azul – Mar Limpo é Vida, para conter o avanço do óleo. As Forças Armadas devem realizar “ações humanitárias relacionadas ao meio ambiente, cooperação na recuperação de áreas marítimas atingidas e monitoramento das águas jurisdicionais do Brasil”, informou a Defesa. Azevedo e Silva disse que as ações da pasta ocorrem em três frentes: apuração sobre responsáveis, identificação das manchas de óleo no mar e contenção de danos nas praias. Ainda não foi determinada a causa e a responsabilidade pelo derramamento do poluente. A Polícia Federal apontou o navio Bouboulina, de bandeira grega, como o principal suspeito pelo vazamento, mas a empresa Delta Tankers, dona da embarcação, nega irregularidades.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) indicou que foram recolhidas quase 4 mil toneladas de resíduos de óleo das praias, mas manchas voltaram a aparecer ontem em algumas regiões. Comandante de Operações Navais da Marinha, Leonardo Puntel afirmou que diminuiu a quantidade de óleo que chega às praias. Mas, assim como Azevedo e Silva, disse que não é possível estimar um prazo para o fim do problema. “Como o óleo navega submerso, é muito difícil detectá-lo”, afirmou.

Bolsonaro esteve na Defesa, ontem, para receber informações sobre as investigações. Já o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, foi ao Parque Nacional de Abrolhos, no sul da Bahia. No fim de semana, o poluente chegou a uma ilha do Arquipélago de Abrolhos, uma das áreas mais ricas em biodiversidade da América do Sul, e a visita ao parque foi suspensa para não atrapalhar atividades de remoção dos fragmentos de óleo e minimizar “possíveis danos à saúde dos visitantes”, informou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Investigação. O governo brasileiro pediu, por meio da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol), informações à Delta Tankers sobre o navio Bouboulina. “Ela vai tomar conhecimento da investigação toda e vai ter oportunidade de apresentar estes documentos que alega ter”, disse ontem o delegado Franco Perazzoni, chefe do serviço de geointeligência da Polícia Federal (PF). No fim de semana, a empresa afirmou que uma investigação em material de câmeras e sensores de suas embarcações não encontrou evidências de que o navio “tenha parado para fazer qualquer tipo de operação entre dois navios, vazado óleo, desacelerado e desviado do seu curso, na passagem da Venezuela para Malaca, na Malásia”.

Segundo a PF, a embarcação partiu dos Estados Unidos em maio, atracou e abasteceu na Venezuela em meados de julho e, em seguida, passou pela costa brasileira, a 730 quilômetros da Paraíba, com destino a Cingapura. Perazzoni ponderou que a empresa é suspeita, mas não foi indiciada. “A gente vai reunir todos estes elementos e avaliar.” Segundo Puntel, foram abertos ainda dois inquéritos administrativos sobre o caso, por crime ambiental e para apurar fatos de navegação. A PF informou que o Brasil aguarda informações sobre o navio pedidas via cooperação internacional a Cingapura, Venezuela, África do Sul, Nigéria e Grécia. / COLABOROU LÍGIA FORMENTI

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/11/2019

Seção: Metrópole

Autor: Mateus Vargas /BRASÍLIA

Título: Reparação de dano custará bilhões, diz presidente do Ibama

O presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Eduardo Bim, disse ontem que a reparação do dano ambiental provocado pelo óleo em praias do Nordeste “com certeza” será na “casa dos bilhões”. A responsabilização depende ainda da conclusão das investigações. De acordo com Bim, mais de uma multa ambiental pode ser aplicada em casos desta proporção. Cada uma delas tem valor máximo de R\$ 50 milhões.

Segundo o delegado Franco Perazzoni, chefe do serviço de geointeligência da Polícia Federal, diversas medidas de “descapitalização” do responsável pela tragédia também são possíveis, além da multa, como sequestro de bens e arresto. Ele disse que os danos pelo derramamento de óleo são de “tal monta” que acabam sendo irreparáveis. A pena para crimes como de poluição, não notificar incidentes ao mar e delito ambiental pode chegar a 10 anos, segundo Perazzoni.

Advogados ouvidos pelo Estado avaliaram que, além da questão ambiental, também poderão ser cobradas indenizações pelo prejuízo causado a trabalhadores, como pescadores e donos de pousadas em áreas turísticas afetadas. No caso da pesca, há relatos de dificuldade em vender os produtos, uma vez que a população teme a contaminação. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) vai avaliar os riscos do consumo após resultado de análises encomendadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 05/11/2019****Seção: Metrópole****Autor: Giovana Girardi****Título: Governo tira orientação sobre camarão e pode afetar mangue**

Mudança assinada pelo presidente do ICMBio no dia 30 ocorreu à revelia de pareceres técnicos do próprio órgão

No momento crítico que os manguezais estão passando, em meio ao derramamento de óleo no Nordeste, o governo federal fez uma alteração em um plano de proteção que pode vir a fragilizá-los ainda mais. À revelia de pareceres contrários de seu corpo técnico, o presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) publicou no dia 30 uma alteração no Plano de Ação Nacional (PAN), revogando um item que previa ações para a erradicação de carcinicultura (criação de camarão em cativeiro) e a recuperação dos sistemas já afetados.

A mudança foi feita após pedido do secretário da Pesca, Jorge Seif Júnior – o mesmo que afirmou na quinta-feira que os peixes são inteligentes e fogem quando veem óleo e, por isso, não haveria problema em comer pescado no Nordeste. A secretaria é ligada ao Ministério da Agricultura.

De acordo com o ICMBio, os PANs são instrumentos de políticas públicas que identificam e orientam ações prioritárias para combater as ameaças que põem em risco populações de espécies e os ambientes naturais. Existem PANs para mais de 60% das espécies brasileiras ameaçadas de extinção. O dos manguezais foi o primeiro a contemplar todo um ecossistema. Cada PAN conta com um grupo de assessoramento técnico (GAT), mas todos foram extintos no começo deste ano quando o presidente Jair Bolsonaro decretou um “revogaço”. Por isso, precisaram ser reeditados.

Criado em janeiro de 2015, o PAN Manguezal tinha vigência até janeiro do ano que vem. Ele foi republicado por meio de portaria do ICMBio no dia 10 de setembro, nos mesmos termos da versão original. Logo na sequência, conforme apurou o Estado, Seif Júnior entrou em contato com o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, pedindo a revogação do objetivo 9 do PAN – justamente o que estabelecia ações contra a carcinicultura. No dia 16, ele enviou um ofício formal ao presidente do ICMBio, Homero de George Cerqueira, alegando que o item contraria o Código Florestal.

A lei, reformulada em 2012, considera manguezais como áreas de preservação permanente, mas permite cultivos no chamado apicum, um trecho mais seco e

sem árvores. O Estado teve acesso a toda a documentação do processo interno dentro do ICMBio. Houve várias manifestações técnicas das coordenações responsáveis a favor do objetivo 9 e até mesmo um parecer jurídico da Procuradoria Federal especializada.

Explicação. A carcinicultura, explica a oceanógrafa Yara Schaeffer-Novelli, professora sênior da USP, é considerada danosa para o sensível ambiente dos manguezais, que servem de berçário para diversas espécies, além de serem fonte econômica para diversas comunidades de pescadores e marisqueiras. Yara fez parte do GAT até o começo deste ano, quando foi extinto. Ela estava fazendo justamente um estudo sobre impacto da carcinicultura nos manguezais. “A exclusão desse item acaba fazendo com que esses resultados acabem sendo jogados para debaixo do tapete.”

Segundo ela, um dos problemas é que os manguezais são ecossistemas de usos múltiplos. “A carcinicultura acaba tirando isso. Além disso, é introduzida uma espécie exótica naquele ambiente e os despejos da água dos tanques, com alimentação dos camarões, com antibióticos, vão parar no estuário”, explica Yara. A pesquisadora lembra ainda que a maior parte dessas fazendas de camarão está justamente no Rio Grande do Norte e no Ceará, alguns dos Estados mais afetados pelas manchas de óleo. Ela pondera também que, apesar da permissão do Código Florestal, boa parte do cultivo é ilegal e escapa dos apicuns, atingindo outras áreas dos manguezais. O ICMBio, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura foram procurados, mas não se manifestaram.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 05/11/2019

Seção: Mercado

Autor: Fábio Pupo

Título: Governo vai criar critérios para repassar recursos do pré-sal a estados e cidades

Entes regionais que registrem melhoras em indicadores de saúde e educação e abram mercado de gás podem ser beneficiados

Brasília - O Ministério da Economia vai criar um conjunto de critérios para distribuir recursos do pré-sal a estados e municípios, um dos eixos centrais do chamado pacto federativo —pacote que vai propor a alteração de regras fiscais e orçamentárias.

Analizadas pela equipe econômica durante a elaboração do pacto, as condicionalidades estavam inseridas na reta final das discussões e, segundo fontes, fizeram parte da concepção das medidas.

A distribuição dos recursos e os critérios a serem seguidos foram analisados principalmente pelo secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues. Por isso, o pacote chegou a ser apelidado por Guedes de “Plano Waldery”.

O secretário considera em seus estudos uma distribuição maior de recursos ao longo dos anos aos entes que registrem melhora em indicadores ligados a saúde e educação (como dados de saneamento e de educação básica).

As discussões também consideraram privilegiar entes que promovam abertura do mercado de gás. Além disso, o governo estudou aumentar a rigidez de tribunais de contas regionais para evitar o mau uso dos recursos.

Os critérios a ficarem dentro do pacote ainda eram debatidos na reta final das discussões. Eles devem ser regulamentados por lei, o que pode ficar para depois do envio da PEC ao Congresso. A ideia do ministério é que os repasses sejam feitos por meio do fundo social.

Criado em 2010, durante o governo Lula, ele recebe royalties e participações especiais da exploração do pré-sal e é usado hoje apenas pela União.

A distribuição dos royalties do pré-sal a estados e municípios é uma das partes centrais do pacto federativo e obedece ao objetivo de Guedes de buscar uma maior descentralização de recursos da União para os entes subnacionais. A ideia é buscar “menos Brasília e mais Brasil”. A descentralização cria a oportunidade de os entes receberem recursos bilionários.

A previsão de arrecadação com royalties e a parcela da União no lucro óleo (parcela da produção paga pelas petroleiras ao governo) é de R\$52,5 bilhões por ano a partir de 2024, segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis).

Considerando o Imposto de Renda a ser pago pelas empresas, a arrecadação sobe para cerca de R\$ 70 bilhões por ano, ainda segundo a agência. De acordo com a ANP, no entanto, os montantes não são perenes e tendem a cair depois de um crescimento na exploração ao longo dos anos.

Na visão dos técnicos, os royalties do pré-sal (embora não permanentes) têm um caráter de receita recorrente que pode se tomar mais longa que muitos tributos.

Nos estudos do ministério, a distribuição de recursos do fundo pode durar 35 anos, com distribuição já no ano que vem, e durar até 2054. Em até dez anos, as novas condicionantes poderiam substituir totalmente itens que provocam discussões atualmente entre o governo federal e os estados.

As discussões são feitas atualmente em tomo do FEX (Auxílio-Financeiro de Fomento às Exportações) e da Lei Kandir, que demandam cerca de R\$ 4 bilhões ao ano em repasses.

O governo defende já ter ressarcido os estados conforme a lei exigia, mas todo ano os governadores demandam os recursos em meio a questionamentos sobre os valores. Por isso, o governo quer usar a proposta de redistribuição para pôr fim ao debate.

A redistribuição de recursos do pré-sal é uma das três PECs do pacto federativo a ser encaminhada ao Congresso. Outra PEC é a que aciona gatilhos de redução de despesas (também chamada de PEC Emergencial), que pode criar um espaço de R\$27,4 bilhões no Orçamento.

O cálculo foi feito pelo deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), autor da PEC anterior que alteraria regras fiscais, e pela Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados. Também está prevista outra PEC para criar o Conselho Fiscal da República (que reunirá chefes de Poderes para monitorar e discutir as contas públicas).

“O país tem uma lei de responsabilidade fiscal que ninguém cumpre, então, queremos que os responsáveis pelos principais Poderes estejam em contato com essa realidade”, afirmou Guedes em entrevista à Folha publicada no domingo (3).

Com o conjunto de medidas previstas no pacto federativo, Guedes disse acreditar que diferentes governantes podem sair da crise.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 05/11/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Em ação popular, petroleiros tentam impedir megaleilão do pré-sal, mercado para amanhã

RIO DE JANEIRO - Uma ação popular movida por petroleiros tenta impedir o megaleilão do pré-sal, agendado para quarta (6). A ação foi impetrada na Justiça Federal de São Paulo na sexta (30) e pede liminar para suspender a oferta. Nela, os autores alegam que as regras são lesivas ao patrimônio público e que falta

previsão legal para a entrada de novas empresas nas áreas, que foram cedidas à Petrobras em 2010, como parte do processo de capitalização da estatal.

No leilão, o governo vai oferecer o direito de produzir volumes excedentes aos cinco bilhões de barris que a Petrobras ganhou em troca de oferta de ações à União na capitalização, em um contrato conhecido como cessão onerosa. Serão oferecidas quatro áreas, que podem ter até 20,2 bilhões de barris em reservas, segundo as projeções mais otimistas de certificadora contratada pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), no que vem ser considerada a maior oferta de petróleo já feita no mundo.

A ação foi impetrada em nome de Luiz Felipe Grubba, Mario Alberto Dal Zot e José Antônio Moraes, ligados a sindicatos de petroleiros, e Fernando Siqueira, da Aepet (Associação dos Engenheiros da Petrobras). Eles pedem liminar para a suspensão do leilão, sob risco de multa de R\$ 1 milhão. Querem a declaração de ilegalidade dos atos legais que estipularam as regras da oferta, tornando nulo o edital.

Os advogados Maximiliano Garcez e Rodrigo Salgado argumentam que não há previsão legal para o acordo de co-participação, instrumento criado para permitir que os vencedores do leilão se associem à Petrobras nas áreas. Os vencedores vão ressarcir por investimentos já feitos e ganham direito a parte da produção de plataformas em operação ou previstas.

Na avaliação dos autores da ação, o contrato de cessão onerosa não previa a possibilidade de transferência de participação para outras empresas e as condições do contrato são mais benéficas do que em outros modelos de concessão.

Os autores alegam que a fórmula de cálculo de impostos federais (IRPJ e CSLL) no regime de partilha da produção, pelo qual serão leiloados os excedentes, poderia levar a perda de arrecadação de R\$ 223 bilhões ao longo dos projetos. Em nota, a AGU (Advocacia-Geral da União) informou que acompanha de perto esse processo para garantir a segurança jurídica do leilão.

Unidos contra o leilão, os petroleiros viram uma racha na categoria nesta segunda (4). Os 12 sindicatos ligados à FUP (Federação Única dos Petroleiros) assinaram acordo coletivo de trabalho com a Petrobras, encerrando impasse que se estendia desde maio. Já a FNP (Federação Nacional dos Petroleiros) indica a seus filiados rejeição da proposta.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 05/11/2019****Seção: Tendências e Debates****Autor: Fabiano Contarato /Senador da República (Rede-ES) e presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal****Título: Após quatro anos, Mariana vive descaso e omissão**

Demora nas respostas do Legislativo é devastadora.

Nesta terça-feira (5) faz quatro anos que a barragem do Fundão, da mineradora Samarco, em Mariana (MG), rompeu, espalhando 43,7 milhões de m³ de lama tóxica por 663 km até o mar, no Espírito Santo. Morreram 19 pessoas e o rio Doce. Distritos foram destruídos, milhares de pessoas afetadas, sem água e sem trabalho. Uma perversidade que se prolonga porque a impunidade tem, continuamente, amargado a vida dos que ficaram: haja vista a recente absolvição de executivos da Vale.

Falamos de executivos em processo cuja peça de acusação sustenta que se omitiram. Informa que, por diversas vezes, receberam alertas sobre os riscos de rompimento da barragem do Fundão. Podem sair “tranquilos” desse pesadelo. As famílias das vítimas, não.

Isso é resultado de uma briga em que pessoas pobres, carentes, têm pouquíssimos recursos para enfrentar titãs do direito e altos executivos. Destaque-se que aqui não se coloca em dúvida a capacidade dos defensores públicos e do Ministério Público na assistência à população, pois contra fatos não há argumentos. Mas, infelizmente, no nosso país, não basta ter razão. Chega a ser fantasioso crer em “dê-me os fatos, e eu te darei o direito” tamanha a sensação de impunidade.

O pior é que, em crimes descomunais, sempre vemos uma movimentação enorme de autoridades e de políticos buscando projetar, rapidamente, as suas nobres intenções e soluções. Contudo, o tempo tem mostrado, tragédia por tragédia, que o essencial fica para trás. Tivemos Mariana, depois Brumadinho (MG), em janeiro último —com 252 mortos e 18 desaparecidos. Mas, antes dessas, houve outras em Minas Gerais: 2006 e 2007, a mineradora Rio Pomba Cataguases, em Mirai; 2008, a Companhia Siderúrgica Nacional, em Congonhas; e 2014, Herculano Mineração, em Itabirito.

Inconteste dizer que a segurança de barragens e a gestão de riscos de desastres são negligenciadas no Brasil. A fiscalização é ridícula. Temos 790 barragens de rejeito de mineração no país. **O ministro de Minas e Energia, Bento**

Albuquerque, em depoimento à Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado Federal, em maio deste ano, reconheceu: “Não tem barragem segura”; contou ele que dispunha de 16 fiscais para fiscalizar as barragens em todo o país.

Sobretudo, com o que ocorreu em Brumadinho, quais respostas a sociedade brasileira ouviu do Congresso Nacional a respeito dessa insegurança que paira sobre milhares de vidas e a biodiversidade? Que este país endureceria as regras relacionadas às atividades de barragens de rejeitos minerais.

Aprovou-se, no Senado Federal, o projeto de lei nº 550/2019 para apreciação, revisão e votação na Câmara dos Deputados. Está lá, desde 20 de março, sem ser votado.

Já a Câmara dos Deputados aprovou três outros projetos —como o de nº 2.787/2019, que “tipifica o crime de ecocídio e a conduta delitiva do responsável por desastre relativo a rompimento de barragem”. Somente em 10 de outubro tivemos condições e quórum para aprovar na CMA do Senado Federal —e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Na CMA, continuam para apreciação o PL 2.791/2019, que visa tornar mais seguras as barragens de mineração, e o PL 2.788/2019, que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens.

O que isso evidencia? Diz, claramente, que o Congresso Nacional discursa muito, mas delibera pouco. Não resolve. Não avança na proteção de interesses da sociedade brasileira.

Reunir quórum para votação na CMA do Senado Federal tem sido desafiador. Na maioria das vezes, não conseguimos. Mesmo nas audiências públicas verificamos a presença de poucos senadores. Isso não deveria ocorrer. São 17 membros titulares e 17 membros suplentes!

A demora nas respostas do Legislativo é devastadora. Explica, empar-te, o porquê do desalento da população com a política. O porquê de não confiarmos que, no futuro, poderemos evitar “novas Marianas”. Algo precisa, de fato, mudar. Não bastam palavras. É preciso ação de verdade. Não basta dizer-se novo na política. Precisa provar que é.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 05/11/2019

Seção: Especial

Autor: Fábio Fabrini

Título: Desastre ambiental com óleo custará bilhões de reais, diz chefe do Ibama

O grupo criado pelo governo federal para responder ao desastre ambiental com óleo no Nordeste afirmou na segunda-feira (4) que o caso exigirá de eventuais responsáveis bilhões de reais para reparar os danos causados.

O presidente do Ibama, Eduardo Bim, disse que os valores serão certamente altos, porque envolvem prejuízos não só ao ambiente mas ao turismo e à saúde pública, entre outros segmentos.

“Esse dano não está quantificado ainda, vai ser na casa dos bilhões, com certeza.”

Além da indenização, cabe a aplicação de multas ambientais aos responsáveis. Por lei, as multas podem ser de até R\$ 50 milhões cada uma.

O presidente do Ibama disse que o órgão ainda não tem estudos sobre a qualidade dos mariscos e dos peixes pescados na região para consumo.

Segundo ele, essa informação depende de levantamentos do Ministério da Saúde e da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

O processo de responsabilização dependerá do avanço das investigações que estão sendo conduzidas pela Polícia Federal, em parceria com a Marinha e órgãos de proteção ao meio ambiente, e de cooperações internacionais.

As autoridades suspeitam de que o navio Bouboulina, de bandeira grega, tenha sido o responsável pelo vazamento. Na última sexta (1), a PF apreendeu documentos em empresas com endereços no Rio de Janeiro, ligadas à companhia que opera a embarcação, que nega as acusações.

O delegado da PF Franco Perazzoni disse na segunda (4) que, por ora, o navio é suspeito do desastre e que conclusões a respeito dependem do andamento das apurações.

“A empresa [dona do navio] vai ser notificada agora, vai tomar conhecimento do teor da investigação toda. Agente não chegou ao indiciamento.”

As afirmações foram feitas em entrevista à imprensa após integrantes do grupo de acompanhamento e os ministros da Defesa, Fernando Azevedo, e da Justiça, Sergio Moro, apresentarem dados sobre o caso ao presidente Jair Bolsonaro.

Eles não explicaram, porém, em que informações Bolsonaro se baseou ao declarar, na véspera, que “o pior está por vir” na região. Questionados sobre o presidente tem dados que ainda não foram tornados públicos, Azevedo e outras autoridades envolvidas no caso disseram apenas que os impactos são imprevisíveis.

“Temos que acompanhar a evolução. É uma situação inédita”, disse Azevedo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/11/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: Bolsonaro dá início à privatização da Eletrobras

Presidente assina hoje o projeto de lei que estabelece as regras para a venda do controle da estatal em 2020, e texto será enviado ao Congresso. Governo espera arrecadar R\$ 16,2 bilhões, já previstos no Orçamento

O presidente Jair Bolsonaro assinará, hoje, o projeto de lei que autoriza e estabelece as regras da privatização da Eletrobras. O governo decidiu marcar a assinatura para hoje para reforçar a cerimônia de comemoração dos 300 dias de governo, marcada para o fim da tarde, no Planalto.

O governo prevê arrecadar R\$ 16,2 bilhões com a privatização, prevista para o próximo ano. O dinheiro já está previsto no Orçamento de 2020. Em comunicado ao mercado, a Eletrobras confirmou a assinatura e destacou que o projeto de lei “deverá cumprir todo rito legislativo até a sua promulgação”. O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que a venda do controle de estatais precisa de aval do Congresso.

A privatização da maior empresa de geração e transmissão de energia do país já havia sido encaminhada ao Legislativo pelo ex-presidente Michel Temer em 2018. O texto, porém, não avançou, em meio a fortes resistências políticas.

A estatal foi excluída do Programa Nacional de Desestatização (PND). Agora o governo precisa buscar novamente o aval de deputados e senadores.

O projeto de lei de privatização da Eletrobras de Bolsonaro será muito semelhante ao apresentado no governo Temer. O modelo prevê a emissão de novas ações da Eletrobras a serem vendidas no mercado. Nessa capitalização, a União abriria mão do controle da empresa, reduzindo sua participação de pouco mais de 60% para algo inferior a 50%.

A proposta prevê ainda a opção de se repassar o controle das subsidiárias Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul para a Eletropar, outra empresa do grupo Eletrobras, para facilitar operacionalmente a capitalização. A intenção é que a empresa se torne uma corporação privada, sem controle definido, ainda que a União mantenha participação minoritária.

O projeto também prevê que a Eletrobras irá assinar novos contratos para hidrelétricas que hoje operam sob remuneração pré-fixada, no chamado regime de cotas. Essas usinas passarão a receber valores a preço de mercado. A empresa pagará uma outorga à União pela mudança. É dessa forma que será gerada arrecadação para o Tesouro com a privatização.

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/11/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDOÑEZ, BRUNO ROSA, MANOEL VENTURA E RENNAN SETTI

Título: Megaleilão pode não vender todas as áreas, diz ANP

Diretor-geral da agência afirma que dois campos correm risco de não ser arrematados, o que reduziria arrecadação de R\$ 106 bi para R\$ 70 bi e afetaria repasse a estados e municípios. Integrantes do governo veem interesse de estrangeiras

A dois dias do megaleilão do pré-sal, o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, afirmou que há risco de que duas das quatro áreas do leilão (Sépie e Atapu) não sejam arrematadas. Ele avalia que as incertezas quanto ao valor que deverá ser pago à Petrobras como compensação pelos investimentos já realizados podem ser um entrave.

— Essas áreas podem não sair (Sépie e Atapu). Isto porque há o risco adicional em relação às negociações com a Petrobras sobre o ressarcimento dos investimentos feitos pela companhia nessas áreas. Mas será um leilão único, vai ser um sucesso. Somente Búzios e Itapu garantem arrecadação forte em bônus e elevados investimentos — afirmou Oddone, da ANP.

Técnicos do governo reconhecem que a possibilidade existe. Mesmo assim, integrantes do **Ministério de Minas e Energia** avaliam que CNOOC e CNPC, petroleiras chinesas, além da Petronas, da Malásia, poderiam estar entre as interessadas. Na equipe econômica, fontes afirmam que a perspectiva é que haja lances por todas as áreas.

Caso somente as áreas de Búzios e Itapu sejam vendidas, a arrecadação do leilão passaria de R\$ 106,5 bilhões para cerca de R\$ 70 bilhões. Isso afetaria a previsão de repasses para estados e municípios, que contam com os recursos para fechar as contas, e para a própria União, que teria sua fatia diminuída em cerca de 50%.

O montante destinado à Petrobras como compensação pela revisão do contrato da cessão onerosa — que deu à estatal o direito de explorar por 40 anos cinco bilhões de barris do pré-sal da Bacia de Santos mediante pagamento à União —

é fixo: R\$ 34,6 bilhões. O dinheiro precisa ser pago até 27 de dezembro de 2020, independentemente do resultado do leilão.

IMPACTO NO MERCADO

Os critérios de divisão do que sobrar depois do pagamento à estatal foram definidos em lei e estabelecidos em percentuais fixos. Estados e municípios ficarão com 15%, cada, do que sobrar. Com isso, a fatia dos governadores e dos prefeitos pode cair de R\$ 10,7 bilhões para R\$ 5,3 bilhões caso apenas duas áreas sejam arrematadas. O Rio de Janeiro, que receberia um percentual de 3% por abrigar as áreas que irão a leilão, veria seu montante recuar de R\$ 2,1 bilhões para R\$ 1 bilhão.

O governo federal já incluiu no Orçamento uma arrecadação de R\$ 52 bilhões com o megaleilão este ano. A projeção foi feita depois que a Petrobras exerceu o direito de preferência por Búzios e Itapu. De acordo com a lei, a Petrobras pode indicar previamente em quais áreas pretende atuar com fatia de 30%, mesmo que seu lance não seja o vencedor. O cálculo considera percentual de arrecadação de 75% do bônus total a ser pago este ano, e o restante ficaria para 2020.

Com base nessa premissa, o Congresso já aprovou um projeto de lei que abre crédito especial e autoriza a União a pagar R\$ 2,68 bilhões a estados, o mesmo montante a municípios, e mais R\$ 536 milhões extras ao Rio.

No mercado financeiro, os investidores reagiram com cautela diante do risco de duas áreas não serem leiloadas, como antecipou reportagem do jornal Valor Econômico. O dólar subiu 0,44%, a R\$ 4,011, com a possibilidade de um ingresso menor de divisas do que o previsto. As ações preferenciais (PN, sem voto) da Petrobras recuaram 0,23% em um dia em que o Ibovespa, índice de referência do mercado, avançou 0,54%, aos 108.779 pontos, renovando o recorde.

— O mercado está se perguntando se a Petrobras vai incorrer em investimentos para angariar uma fração maior do leilão ou se vai se manter fiel à diretriz e ficar com 30% dos campos de Búzios e Itapu — disse Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos.

INDENIZAÇÃO BILIONÁRIA

Relatório do Credit Suisse afirma que a decisão da Petrobras de ficar com apenas duas áreas pode ter influenciado o cenário. “Isso poderia indicar que essas duas áreas oferecem uma economia menos atraente, embora isso não seja necessariamente o caso”, diz o texto.

Caso todas as áreas sejam vendidas, a Petrobras pode embolsar de US\$ 20 bilhões a US\$ 30 bilhões com a compensação por investimentos já feitos, de acordo com projeções de consultorias. Para Anderson Cesar Vianna, sócio da KPMG, isso não tende a reduzir a atratividade das áreas:

— Haverá interesse, sobretudo por Sépia. Será um divisor de águas, consolidará as petroleiras internacionais no pré-sal.

Para Paulo Almeida Lopes, do Campos Mello Advogados, o megaleilão representa oportunidade única de acesso a reservas de petróleo:

— Tem uma incógnita em relação ao valor do ressarcimento da Petrobras pelos investimentos já feitos, mas ficarei surpreso se as quatro áreas não forem arrematadas

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: JÁ IMAGINOU SÃO PAULO SEM INDÚSTRIA?

O vazamento de óleo coincide com o verão — época em que o Nordeste recebe mais turistas. Na Bahia, o turismo representa 20% do PIB. Isso é quase a mesma proporção (21,4 %) da indústria no PIB paulista.

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: O megaleilão e o futuro do petróleo

O país terá esta semana o seu maior leilão de petróleo e apesar da desistência da BP e Total, e do temor de que algumas áreas não tenham propostas, as expectativas permanecem boas. O Brasil vive um momento de sentimentos mistos: esse leilão é visto como um grande estímulo à economia, a fórmula que o tornou possível foi criada no governo Lula, e os brasileiros estão sofrendo o pior lado do petróleo com o crime ambiental que atinge praias e o nosso precioso Abrolhos. A questão que sempre agita o mundo da energia é: qual é o futuro do petróleo?

A semana começou com o IPO da maior empresa de petróleo do mundo, que produz 11% do óleo global. O mundo discute há muito o fim do petróleo que hoje ainda responde por um terço da energia e das emissões de gases de efeito

estufa. Pelos próximos 30 anos, é certo que essa fonte estará conosco, mas tende a cair ao longo do tempo. Segundo reportagem desta semana da revista “Economist”, o termo peak oil, indicando o auge da produção e ponto a partir do qual passaria a cair, foi criado pelo geólogo americano Marion King Hubbert, em 1956, mas hoje quando é usado não está se referindo à escassez do produto, e sim à queda da demanda, afetada pelo esforço de conter o aquecimento global.

Segundo a revista, a maioria dos analistas acha que a produção vai crescer um pouco na próxima década, para apenas ligeiramente acima dos atuais 95 milhões de barris por dia, mas até 2050 a produção terá de encolher para 45 a 70 milhões de barris, se o mundo quiser conter o aquecimento global entre 1,5 e 2 graus centígrados, acima do nível pré-revolução industrial. Isso estimulará outras fontes mais limpas, e o mercado vai preferir os óleos leves como os da Arábia Saudita, em vez do pesado como o da Venezuela. Nesse horizonte, alguns produtores serão mais vulneráveis que os outros. O Brasil tem vários tipos, que são bem mais leves do que os da Venezuela, mas não chegam ao tipo saudita.

A opinião pública está mudando rapidamente no mundo, ampliando-se o movimento contra as emissões. Portanto, é previsível que haja um aumento das pressões contra fontes fósseis. Quem tem esse ativo no seu subsolo, no nosso caso, no subsolo marinho, sabe que precisa produzir rápido. É isso o que levou talvez a Arábia Saudita a abrir o capital da sua empresa.

O jornal “The New York Times” publica que o aumento de produção nos próximos dois anos de países como Brasil, Noruega, Canadá e Guiana pode adicionar uma oferta que derrubará preços e ameaçar produtores como Arábia Saudita, Rússia e Estados Unidos. Ao mesmo tempo, esse aumento de oferta ocorre quando está perto do começo da queda da demanda.

Um terço do petróleo do mundo é usado em carros e caminhões, que podem eventualmente migrar para o modelo elétrico. O Brasil tem ainda o etanol, e a indústria do setor argumenta que esse combustível, desenvolvido aqui nos anos 70, e que passou por vários avanços, tem vantagens sobre o carro elétrico, cuja produção e descarte de baterias emite muito. Hoje se tenta atrair o consumidor com o balanço mais detalhado das emissões de cada fonte.

A “Economist” diz em seu texto de capa que “um planeta mais limpo é do interesse de todos. Mas uma indústria do petróleo encolhendo pode significar mais, e não menos, turbulência”. A indústria do petróleo no mundo tem US\$ 16 trilhões de capital e pelo menos 10 milhões de funcionários. Sua redução sempre será tensa. A revista prevê inclusive a implosão da Opep.

O Brasil está fazendo um megaleilão para tentar recuperar um atraso. No governo Lula, decidiu-se mudar o modelo para partilha no pré-sal, o país ficou cinco anos sem leilão, perdeu um momento de muito interesse na nossa economia e de petróleo em torno de US\$ 100. Em 2010, o governo cedeu, mediante pagamento, áreas para a Petrobras explorar 5 bilhões de barris. O que será leiloado agora é o excedente dessa “cessão onerosa”..

O drama que o Brasil vive nas praias não foi provocado por nós, mas ajuda a lembrar como essa é uma riqueza que tem um alto custo ambiental. No último leilão não houve propostas para as áreas ofertadas perto de Abrolhos. Está claro que aquele é um tesouro a ser protegido. O petróleo sempre terá duas faces. O Brasil tem que saber que o interesse nessa fonte declinará em breve. E o dinheiro que vier delatam que ser bem usado.

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/11/2019

Seção: Sociedade

Autor: ANDRÉ DE SOUZA E VINICIUS SASSINE

Título: Governo lança nova operação para conter óleo e diz que prejuízo será de ‘bilhões’

Os danos que o derramamento de petróleo causa à costa do Nordeste estarão “na casa dos bilhões” de reais, ainda que não seja possível precisar, dois meses e seis dias depois de surgirem no litoral as primeiras manchas de óleo, como será feita a cobrança pelo prejuízo e quem pagará a conta. As discussões sobre a reparação a vítimas da tragédia ambiental começam a ganhar corpo no chamado Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), liderado pela Marinha e formado ainda pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Uma reparação, porém, está longe de ser realidade. Primeiro, porque persiste a indefinição sobre a extensão da tragédia: nenhuma autoridade do GAA confirma a afirmação feita pelo presidente Jair Bolsonaro no domingo de que “o pior está por vir”. Segundo, porque as investigações sobre os responsáveis seguem em curso.

A Polícia Federal (PF) apontou o principal suspeito de ter vazado o óleo, o navio de bandeira grega Bouboulina, da Delta Tankers LTD. Mas, até agora, a polícia e a Marinha buscam os nomes de comandante e tripulantes da embarcação, além de detalhes sobre o suposto derramamento. A Delta Tankers reafirmou ontem ter provas de que sua embarcação não está envolvida no vazamento.

Por último, a Marinha ainda faz operações para conter o óleo e tentar recuperar as áreas atingidas, a exemplo da Operação Amazônia Azul lançada ontem, com o envio de seus dois maiores navios para a costa do Nordeste. A missão envolverá duas mil pessoas, entre elas 670 fuzileiros navais, e inclui ainda uma fragata, um navio de menor porte e seis helicópteros.

O ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, esquivou-se de polemizar com o chefe, o presidente Bolsonaro. Ele participou apenas do começo da apresentação do GAA à imprensa, com uma fala de poucos minutos. Antes, havia se reunido com Bolsonaro para apresentar ao presidente o que vem sendo feito até agora. O ministro disse que não é possível saber ainda a quantidade de petróleo derramado.

— O que chegou às praias é uma pequena parte do que foi derramado — afirmou Bolsonaro no domingo, sem explicar a origem da informação, acrescentando: — O pior está por vir, uma catástrofe muito maior que, ao que tudo parece, foi criminosa.

SOBREPOSIÇÃO DE MULTAS

O ministro limitou-se a dizer que “não sabemos a quantidade derramada, o que está por vir ainda”.

O comandante de Operações Navais da Marinha, almirante de esquadra Leonardo Puntel, também disse que não é possível saber quanto petróleo foi derramado. Ele não respondeu se algum relatório técnico municiou a fala do presidente da República.

— Como é um óleo que vem submerso, que não conseguimos detectar, não sabemos ainda se existe muita coisa ou pouca coisa. Não existe efetivamente uma maneira correta de monitorar essas manchas de óleo.

Os danos causados devem ser quantificados pelo Ibama, na esfera cível, e pela PF, na esfera criminal. Autoridades dos dois órgãos e da Marinha ainda não sabem em que instância haverá uma cobrança

— se dentro do país ou num tribunal internacional.

— O limite máximo de uma multa no Brasil é R\$ 50 milhões. Pode-se aplicar mais de uma multa, como ocorreu em Mariana(MG). Na esfera cível, estão envolvidos também os danos operacionais a União, estados e municípios e danos ao turismo. Esse dano não está quantificado ainda. O dano vai ser na casa de bilhões —disse ontem o presidente do Ibama, Eduardo Bim, na entrevista coletiva com a participação de outros integrantes do GAA e da PF.

O Ibama aplicou multas à Samarco, que tem a Vale como uma de suas acionistas, na ordem de R\$ 350 milhões, em razão do rompimento da barragem de Fundão, em Maria-na, há quatro anos. Ao todo, foram 25 autos de infração.

Coordenador do Serviço de Geointeligência da Diretoria de Inteligência da PF, o delegado Franco Perazzoni afirmou que a apuração ainda está na fase de suspeitas, sem a materialização da atribuição de culpa, feita na fase de indiciamento. Segundo o delegado, “os danos são de tal monta que são irreparáveis’.

— Qualquer quantificação ainda vai ser pouco, per-todo prejuízo que vai ser absorvido por todos — disse.

A Marinha trata a tragédia como inédita no mundo, uma vez que não se sabe, em definitivo, a autoria do vazamento. A Força informou ter aberto outros dois inquéritos para apurar o episódio: um sobre a poluição ambiental e outro a respeito de aspectos de navegação.

A autoridade marítima grega já foi oficiada para dar um posicionamento sobre a investigação da PF, segundo Puntel. A Organização Internacional Marítima, sediada em Londres, será comunicada, conforme o almirante.

Já o paralelo que o presidente do Ibama faz é com a explosão de uma plataforma da petroleira BP, no Golfo do México, em 2010. Os cálculos mais recentes apontam danos na ordem de US\$ 17 bilhões.

— O Ibama não tem competência exclusiva para calcular o dano. Se for num tribunal internacional, a atribuição é do Brasil. Se for dentro do país, há vários legitimados, como União, estados, municípios e Ministério Público — disse Bim.

Ao fim das investigações, pode não ser possível responsabilizar o comandante ou outra pessoa física, conforme a PF. Assim, a responsabilização por um ato culposos — sem a intenção de que fosse praticado — seria de uma pessoa jurídica, como prevê a legislação brasileira.

— Crimes ambientais geram montantes de danos absurdos, estratosféricos. Há prejuízos para a pesca e o turismo — afirmou o delegado Perazzoni.

Em caso de responsabilização de pessoas físicas, as penas somadas podem chegar a dez anos de prisão, por crimes de poluição ambiental, inexistência de comunicação de um delito ambiental e crime contra unidades de conservação. Várias unidades foram atingidas.

VEÍCULO: O Globo**Data: 05/11/2019****Seção: Sociedade****Autor:****Título: EUA notificam formalmente a ONU sobre saída do Acordo de Paris**

Os Estados Unidos comunicaram formalmente ontem à Organização das Nações Unidas (ONU) a sua saída do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas, decidida pelo presidente Donald Trump em 2017. O anúncio foi feito pelo secretário de Estado americano, Mike Pompeo. Essa etapa-chave inicia um período de um ano para que Washington possa efetivamente concretizar sua saída.

Isso significa que os principais nomes do combate às mudanças climáticas globais agora devem seguir sem a cooperação da maior economia do mundo. A ação americana dá início a um esforço conjunto para preservar o Acordo de Paris, segundo o qual cerca de 200 países se comprometem a reduzir as emissões de gases poluentes e ajudar as nações mais pobres a lidar com os piores efeitos de um planeta já em aquecimento.

Embora a participação dos EUA no Acordo de Paris seja determinada pelo resultado das eleições de 2020, os defensores do pacto dizem que precisam planejar um futuro sem a cooperação americana. Diplomatas temem que Trump, que zombou da ciência climática como uma farsa, comece a trabalhar ativamente contra os esforços globais para se afastar dos combustíveis fósseis que aquecem o planeta, como carvão, petróleo e gás natural.

Apesar da decisão de Trump, o Acordo de Paris é fortemente apoiado nos EUA. Segundo a coalização We Are Still In, uma frente multisetorial que reúne governos estaduais e municipais, além de instituições da sociedade civil, quase oito em cada dez americanos (77%) com direito ao voto apoiam a participação do país no documento internacional. Entre os democratas, são 92%; entre os republicanos, 60%.

VEÍCULO: O Globo**Data: 05/11/2019****Seção: Segundo Caderno****Autor: Fátima Sá****Título: 'O cinema renascerá. A Amazônia, não. É vital lutar por ela'**

ENTREVISTA - Walter Salles / CINEASTA

NOS QUATRO ANOS da tragédia de Mariana, diretor de ‘Quando a terra treme’, que o Canal Brasil exhibe nesta noite, fala sobre drama na região e o que é urgente no país de hoje

Para Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e tudo o que vivia ao longo de 600 quilômetros até a foz do Rio Doce, o tempo parou em 5 de novembro de 2015. Quando a barragem da mineradora Samarco, na região de Mariana, rompeu, o rastro de lama deixou 19 mortos e um desaparecido, mutilou a natureza, fez mais de mil desabrigados e desfez laços que não se atam mais.

Toda essa destruição de “referências geográficas e afetivas” fez nascer “Quando a terra treme”, filme do cineasta Walter Salles que o Canal Brasil exhibe hoje, às 21h50, exatos quatro anos após a tragédia. A história, escrita por Gabriela Amaral Almeida, conta a vida de um pai, uma mãe e um menino apanhados pelo desastre. Rodada no local, traz no elenco atores como Maeve Jinkings e vários não atores, como o menino Richard Santiago, numa pequena-grande história de 26 minutos que ficam com agente.

O filme surgiu de uma provocação feita pelo cineasta chinês Jia Zhangke. Ele pediu a um diretor de cada país dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) que olhasse para sua terra e criasse uma história sobre o momento. Juntos, os curtas deram origem ao longa “Where has time gone?” (Aonde foi o tempo?, em tradução livre) de 2017, exibido em festivais. “Quando a terra treme” foi a resposta brasileira.

Passados quatro anos, pouco mudou, mas Salles não tem dúvidas. Não é possível encarar a pergunta “Aonde foi o tempo?”, hoje, sem olhar para a Amazônia. Por e-mail, o cineasta concedeu a seguinte entrevista ao O GLOBO, em que fala de natureza, encantos e preocupações, futuro e, até, filmes da Marvel.

“Quando a terra treme” nasceu de uma proposta do Jia Zhangke para um filme coletivo em que cada diretor retratasse o momento de seu país. E você escolheu filmar a história de uma família atravessada pela tragédia de Mariana. Porque aquele era o retrato do Brasil para você naquele momento?

O rompimento da barragem da Samarco marcou o país. Foi uma tragédia humana e ambiental sem precedentes. Dezenove pessoas mortas, um desaparecido, 600 km de um rio que emudeceu, varrendo vilarejos e afetando centenas de milhares de pessoas. Como em “Em busca da vida” de Jia Zhangke, toda uma humanidade perdeu as suas referências geográficas, mas também afetivas. Daí nasce a ideia de contar a história de uma mãe e seu filho em busca

do pai desaparecido. De uma certa forma, a busca do pai e a do país soterrado pela lama se confundem.

E se a proposta viesse hoje, o que filmaria? Como e porquê?

Faria um filme sobre “O dia do fogo”, em que fazendeiros decidiram multiplicar as queimadas na Floresta Amazônica e celebrar o desmanche do Ibama e de outros órgãos de controle ambiental. Herman Hesse dizia que “o homem é o lobo do homem”. “O dia do fogo” parece lhe dar razão.

O que mais encanta e preocupa no Brasil de hoje?

Muitas coisas me encantam: a possibilidade de viver no tempo de Fernanda Montenegro, o que considero um presente e um privilégio. De poder ouvir as vozes de pensadores como Davi Kopenawa, que nos lembram que o homem não está no centro do universo, é apenas uma parte pequena dele. De perceber que jovens de 16 anos não deixaram de sonhar o mundo, nem de pensar que as utopias são necessárias. De ver a força crescente dos movimentos de equidade racial, de perceber que a discussão fundamental sobre distribuição de renda ganha cada vez mais importância no mundo. E de sentir que tanta gente não se curva diante das ameaças de retrocesso político. Essas e outras percepções nos ajudam nos momentos de dúvida e inquietação, que não são poucos.

Você tinha estado em Mariana no fim dos anos 1980 para rodar “O poeta dos vestígios” com Frans Krajcberg (1921-2017). Um filme que trazia muito do fascínio dele pelas cores dos minérios, a terra da região. E voltou para fazer um filme sobre a mesma terra, devastada. O que mais chamou sua atenção?

Krajcberg era um artista visionário. Meu irmão mais jovem e radical, como eu brincava com ele. A sua paixão pela natureza era contagiante. Quando ia para Minas buscar os pigmentos para suas esculturas, só faltava dançar de tanta excitação com os diferentes tons de ocre da terra — e a gente junto com ele. Conviver com Kraj foi talvez a maior lição de vida que recebi. Era um homem que perdeu toda a família no Holocausto, que sobreviveu ao nazismo e depois ao stalinismo, e que se reinventou graças à natureza brasileira. Era incansável na sua defesa, como na celebração da sua extraordinária biodiversidade. Luta e celebração da vida eram indissociáveis para ele. Fico me perguntando o que ele estaria sentindo hoje...

“Quando a terra treme” inspirou um documentário (“Vozes de Paracatu e Bento”), exibido pela Globonews, e o aproximou dos moradores da região. Mantém contato? Que notícias tem deles passados quatro anos da tragédia e menos de um da repetição dela em Brumadinho?

Ao longo das filmagens de “Quando a terra treme”, ficamos próximos de vários desabrigados de Paracatu e Bento Rodrigues. Ouvimos histórias de vida, cada uma mais impactante do que a outra — daí a ideia do documentário, feito de forma coletiva. Vários depoentes perguntaram: “O que garante que esse crime não vai se repetir?” Tanto o curta de ficção quanto o documentário foram exibidos na igreja de Paracatu, a única construção da cidade que sobreviveu ao mar de lama, junto com a escola pública. Várias famílias se reencontraram na exibição, foi um momento especialmente emocionante.

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/11/2019

Seção: Economia

Autor: SÉRGIO MATSUURA

Título: Sem horário de verão, celular adianta hora outra vez

Erro evidencia defasagem entre leis de países sobre regime especial e protocolo global para atualização automática de sistemas

Conectados, celulares aposentaram os relógios com atualizações automáticas. Basta desembarcar num destino, e o relógio do smartphone se ajusta automaticamente ao fuso horário local. Mas, para os brasileiros, essa ferramenta tem se tornado uma dor de cabeça. Embora o presidente Jair Bolsonaro tenha extinguido o horário de verão, dispositivos já tiveram os relógios adiantados por engano duas vezes este ano.

CAMINHO COMPLEXO

O erro já tinha acontecido em 2018 e se repetiu na virada de sábado para o último domingo, dia 3. O mesmo se deu em 20 de outubro. A confusão é fruto do descompasso entre decretos e atualizações de sistemas operacionais. Há no mundo 38 fusos e 70 países com horário de verão. Antes da internet, cada pessoa ajustava seu relógio. Com ela, foi criado um protocolo, um conjunto de regras para transmissão de informações em uma rede, que unifica o horário em todos os aparelhos.

O caminho é complexo. O NTP, Network Time Protocol (Protocolo de Tempo para Redes), sincroniza todos os relógios pela internet pelo Tempo Universal Coordenado (UTC, na sigla em inglês). E os ajustes de fusos e horários de verão são corrigidos via software, pelos sistemas operacionais, que fazem uso de um banco de dados mantido pela Iana (Autoridade para Atribuição de Números da Internet, na sigla em inglês), atualizado constantemente de acordo com novas leis de horário no mundo.

Fica tudo no arquivo Time Zone (TZ). A última versão do banco de dados foi atualizada em setembro, e já continha o decreto de Bolsonaro que extinguiu o horário de verão em abril deste ano. Mas, entre a atualização do TZ e a instalação de atualizações nos sistemas operacionais dos celulares, há uma janela de tempo, principalmente no sistema operacional Android.

A atualização é repassada para as fabricantes de tablets e smartphones, que se responsabilizam pelas atualizações, mas dispositivos mais antigos podem ficar sem a correção. Por isso, o Google divulgou um alerta pedindo que os usuários desabilitassem a atualização automática de data e hora e fizessem o ajuste manual. Para isso, basta entrar em “Configurações” e procurar pelo item “Data e Hora”. Nos iPhones, o ajuste manual deve ser feito em “Ajustes”, “Geral”, “Data e Hora”.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 05/11/2019

Seção: Brasil

Autor: Luiz Calcagno

Título: Governo pede ajuda a outros países

O governo federal vai pedir ajuda de outros países, entre eles, Grécia e Cingapura, na investigação sobre o navio grego que transportava o óleo que atingiu a costa do Nordeste. A Interpol também deverá ajudar. O delegado da Polícia Federal e chefe de Serviço de Geointeligência da corporação, Franco Perazzoni demonstra otimismo no andamento da apuração, que contou com o auxílio de imagens de satélites e simulações.

O presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Eduardo Bim, afirmou que o prejuízo do Brasil será na casa dos bilhões. A multa máxima por danos ambientais aplicada pelo Ibama é de R\$ 50 milhões. Mas é possível haver mais de uma penalização, explicou.

Embora a quantidade de manchas tenha diminuído por toda a costa, como o produto está, em grande parte, submerso, é de difícil visualização. Por isso, segundo o coordenador da Operação Amazônia Azul e comandante de operações navais da Marinha, almirante Leonardo Puntel, não é possível descartar que correntes marítimas tragam quantidades ainda maiores do óleo para as praias brasileiras.

Puntel foi obrigado a explicar a incerteza da situação após o presidente da República, Jair Bolsonaro, ter afirmado, no omingo, que “o pior está por vir”. A boa notícia é que, ao menos por enquanto, o petróleo está chegando em menores quantidades em estados como Bahia e Sergipe. Não houve novos

registros no santuário baiano de Abrolhos, e em parte da costa pernambucana o produto não voltou a aparecer. O Ministério da Defesa iniciará, agora, uma nova fase da operação. Militares do Exército e da Marinha atuarão na limpeza de regiões de mangues, estuários e arrecifes do Nordeste.

A empresa suspeita é a Delta Tankers, dona do navio Bouboulina, que teria derramado o petróleo, embarcado na Venezuela, ao passar ao largo da costa brasileira. A companhia, porém, afirma que descarregou todo o óleo na Malásia. Ao todo, o produto atingiu nove estados, 110 municípios e 314 localidades. As operações de limpeza da costa brasileira contam com 10.180 pessoas. Voluntários, funcionários dos governos federal, estadual e municipal, além de militares, já retiraram quatro mil toneladas de resíduos tóxicos da areia e da água do mar. O Executivo federal já disponibilizou mais de 21 mil equipamentos de segurança e entregará outros 36 mil. As informações foram divulgadas pelo Ministério da Defesa.

Crime transnacional

Perazzoni comentou a complexidade das investigações em um incidente que envolve outras nações. “O prejuízo no turismo é um problema. Os danos ambientais são estratosféricos. Quando se trata de crimes transnacionais, dependemos da diplomacia, da cooperação jurídica internacional, da cooperação policial. O crime foi no Brasil. A jurisdição é brasileira. Os efeitos se deram aqui. Mas precisamos de outros países para concluir a investigação. O descarte de óleo no oceano também é crime na Grécia, o que facilita. O que buscamos é ajuda na produção de provas. Já fizemos o pedido de cooperação policial e, agora, faremos pela via judicial”, explicou.

Puntel, por sua vez, falou sobre as peculiaridades do desastre na costa brasileira. “Todo acidente inédito leva a várias ideias e muitas possibilidades. Nesse caso, não podemos descartar nenhuma possibilidade, e precisamos tomar medidas de mitigação. Como é óleo submerso, não sabemos se existe muita coisa ou pouca coisa. Não há uma maneira precisa para monitorar essas manchas. Temos que estar atentos”, afirmou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 05/11/2019

Seção: Economia

Autor: Alessandra Azevedo

Título: Operação de guerra no leilão do petróleo

O governo montou uma operação de guerra para barrar tentativas de impedir o

megaleilão de petróleo do excedente do pré-sal da cessão onerosa, marcado para amanhã, no Rio de Janeiro. O objetivo é evitar que aconteça o que se viu na década de 1990, quando ações judiciais dispersas pelo país impediram ou atrasaram a venda de estatais.

Preparado para iniciativas parecidas, o governo acredita que será possível garantir até R\$ 106,5 bilhões aos cofres públicos apenas com os bônus de assinatura que serão ofertados pelos participantes. No leilão, que será o maior de óleo e gás no mundo, 12 empresas vão disputar a exploração de quatro áreas da Bacia de Santos: Búzios, Itapu, Atapu e Sépia. A Petrobras tem prioridade nas duas primeiras, que, sozinhas, somam R\$ 70 bilhões em bônus.

Às vésperas do megaleilão, aposta do governo para aliviar as contas públicas, um grupo de petroleiros entrou com uma ação popular na Justiça Federal de São Paulo, pedindo a suspensão do evento sob a alegação de que ele não tem suporte legal, entre outros problemas. Os petroleiros argumentam que a Lei de Cessão Onerosa não diz que novas empresas podem atuar nas áreas cedidas em 2010 à Petrobras. “O processo de cessão onerosa foi concebido para capitalizar a Petrobras, oferecendo exclusivamente à estatal as vantagens decorrentes desse processo”, explica o documento, divulgado na última quarta-feira.

Os advogados que assinam o pedido de liminar também querem a cobrança de multa de R\$ 1 milhão por dia, se a medida for aceita pela Justiça e não for cumprida. A iniciativa do grupo, uma semana antes do leilão, não surpreende. O governo colocou toda a área jurídica de prontidão e se considera preparado para encarar reações parecidas com as da época da venda da Vale, em 1997, quando uma série de ações atrasou a operação por cinco horas.

A oferta dos excedentes da cessão onerosa também esteve ameaçada em outubro, quando uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu que a Pré-Sal Petróleo SA (PPSA), que representa os interesses da União nas negociações, não tinha orçamento nem pessoal para atuar. O ministro da Economia, Paulo Guedes, precisou intervir. Ele autorizou a contratação de 23 novos servidores e prometeu o repasse de R\$ 112 milhões à estatal.

Confiança

Agora, com tudo aparentemente certo, a expectativa é de que o leilão ocorra sem grandes dificuldades. O governo se diz confiante nos resultados positivos, apesar da desistência de duas companhias, a BP e a Total, que não consideraram o negócio vantajoso. A oferta é mais cara, porém mais atrativa do que as rodadas anteriores. Como as áreas já foram exploradas e o petróleo já foi descoberto, o risco é bem mais baixo para as empresas vencedoras do leilão. Nos leilões convencionais, a petroleira adquire o direito de explorar, mas sem a

certeza de que vai encontrar petróleo.

Com mais adesão, outras cinco áreas do pré-sal serão ofertadas no dia seguinte ao megaleilão. No total, 16 empresas vão participar da sexta rodada de partilha, que prevê a exploração de áreas das Bacias de Santos e Campos e pode render até R\$ 7,9 bilhões.

Se o governo conseguir arrecadar os R\$ 106,5 bilhões esperados com as áreas ofertadas amanhã, o Brasil chegará ao patamar de R\$ 153,6 bilhões acumulados em bônus de assinatura desde 2017. O valor corresponde a 93% de tudo que as empresas gastaram com leilões de petróleo no mundo nos últimos três anos, de acordo com a consultoria britânica Wood Mackenzie.

Os ganhos serão repartidos entre União, estados, municípios e Petrobras. A estatal ficará com R\$ 34,1 bilhões. Dos outros R\$ 72,4 bilhões esperados, 67% irão para a União; 15%, para os estados; outros 15%, para municípios; e os 3% restantes, para o Rio de Janeiro, por ser o estado em cuja área marítima estão as áreas leiloadas. Os recursos devem ser usados prioritariamente para cobrir rombos previdenciários e pagar despesas com fundos de servidores públicos e contribuições sociais.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 05/11/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Conta de luz fica mais cara em 2020

A conta de luz pode ficar 2,42% mais cara em 2020. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) prevê orçamento de R\$ 22,45 bilhões para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), um dos subsídios pagos pelos consumidores de energia. O valor é 11% mais alto que o deste ano. A fatia que será paga pelos consumidores teve alta proporcionalmente ainda mais expressiva, de 27%, passando de R\$ 16,23 bilhões para R\$ 20,64 bilhões. Segundo a Aneel, o reajuste é necessário diante do aumento nos custos. O orçamento final ainda depende de decisão do Tribunal de Contas da União (TCU).

MME / ASCOM .